

O Conselho Nacional de Assistência Social na Visão de seus Conselheiros

Relatório de Pesquisa

Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros

O Conselho Nacional de Assistência Social na Visão de seus Conselheiros

Relatório de Pesquisa

Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros

ipea

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**
Ministro Wellington Moreira Franco



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta Interina
Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Geová Parente Farias

Diretora de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Luciana Acioly da Silva

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas, Substituto
Claudio Roberto Amitrano

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Francisco de Assis Costa

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura
Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete
Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação, Substituto
João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>
URL: <http://www.ipea.gov.br>

O Conselho Nacional de Assistência Social na Visão de seus Conselheiros

Relatório de Pesquisa

Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros

ipea

Brasília, 2012

FICHA TÉCNICA

A pesquisa que deu origem a este relatório foi conduzida pela Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) e contribui para o Projeto Institucionalização da Participação Social no Brasil.

O objetivo deste relatório é o de sistematizar as opiniões dos conselheiros sobre o processo participativo e decisório e a qualidade dos produtos resultantes da atuação do Conselho Nacional de Assistência Social.

Coordenação Técnica da Pesquisa

Joana Luiza Oliveira Alencar – Ipea

Igor Ferraz da Fonseca – Ipea

Redação

Uriella Coelho Ribeiro – Ipea

Equipe Técnica

Alexander Cambraia Nascimento Vaz – Ipea

Fábio de Sá e Silva – Ipea

Felix Garcia Lopez – Ipea

Gregório Bueno Benevides Rodrigues Moraes – Secretaria-Geral da Presidência da República

Isadora Cruxên – Ipea

Mateus Galetti de Araújo – Secretaria-Geral da Presidência da República

Raquel Meirelles – Ipea

Roberto Rocha C. Pires – Ipea

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	7
LISTA DE QUADROS	8
LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	8
1 INTRODUÇÃO	9
2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	10
3 O CNAS: CONTEXTUALIZAÇÃO	12
4 DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES.....	16
5 QUESTÕES ABERTAS.....	46
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUESTÕES PARA DEBATE	48
REFERÊNCIAS	49
ANEXO	51

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Situação no CNAS
- Gráfico 2 – Amostra segundo o setor de representação
- Gráfico 3 – Conselheiros segundo o sexo
- Gráfico 4 – Conselheiros segundo a cor/raça
- Gráfico 5 – Escolaridade dos conselheiros
- Gráfico 6 – Religião ou culto dos conselheiros
- Gráfico 7 – Faixa etária dos conselheiros
- Gráfico 8 – Conselheiros segundo renda familiar média mensal
- Gráfico 9 – Renda familiar média mensal por setor
- Gráfico 10 – Conselheiros segundo o tempo no conselho
- Gráfico 11 – Representação de outros setores dentro do conselho (anterior à representação atual)
- Gráfico 12 – Participação dos conselheiros em outros conselhos
- Gráfico 13 – Número total de conselheiros
- Gráfico 14 – Diversidade dos setores representados
- Gráfico 15 – Número de conselheiros em cada setor
- Gráfico 16 – Avaliação do número de conselheiros em cada setor, por segmento
- Gráfico 17 – Forma de escolha das entidades com assento no conselho
- Gráfico 18 – Forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades
- Gráfico 19 – Interesses prioritários (primeira opção)
- Gráfico 20 – Grau de articulação dos conselheiros com o poder público
- Gráfico 21 – Grau de articulação dos conselheiros com a sociedade civil
- Gráfico 22 – Presença de base de apoio no exercício do mandato do conselheiro
- Gráfico 23 – Frequência de contato com a base de apoio
- Gráfico 24 – Principais formas de contato com a base de apoio
- Gráfico 25 – Frequência de consulta à base de apoio para definir posicionamento
- Gráfico 26 – Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para definir posicionamento
- Gráfico 27 – Frequência de consulta à base de apoio para relatar os debates/deliberações do conselho
- Gráfico 28 – Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para relatar os debates/deliberações do conselho
- Gráfico 29 – Frequência de consulta à base de apoio para prestar contas sobre a atuação no conselho
- Gráfico 30 – Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para prestar contas sobre a atuação no conselho
- Gráfico 31 – Frequência de consulta à base de apoio para construir/fortalecer articulações
- Gráfico 32 – Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para construir/fortalecer articulações
- Gráfico 33 – Frequência da correspondência entre a atuação dos conselheiros e os interesses de seu setor
- Gráfico 34 – Influência na agenda do CN
- Gráfico 35 – Influência da atuação do conselho nas políticas públicas do MDS
- Gráfico 36 – Influência da atuação do conselho nas políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona
- Gráfico 37 – Influência do conselho nas iniciativas da sociedade civil
- Gráfico 38 – Influência do conselho nas iniciativas do setor privado
- Gráfico 39 – Influência do conselho na percepção da opinião pública sobre o tema
- Gráfico 40 – Compreensão dos assuntos tratados no conselho
- Gráfico 41 – Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões
- Gráfico 42 – Atuação do poder público
- Gráfico 43 – Atuação da sociedade civil
- Gráfico 44 – Secretaria Executiva do conselho
- Gráfico 45 – Meios de divulgação e comunicação
- Gráfico 46 – Regimento interno e resoluções
- Gráfico 47 – Presidência do conselho

Gráfico 48 – Plenárias

Gráfico 49 – Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Amostra de conselhos e comissões

Quadro 2 – Entidades que compõem o CNAS

Quadro 3 – Distribuição dos conselheiros por município

Quadro 4 – Atuação em conselhos fora do CNAS

Quadro 5 – Resumo do perfil dos conselheiros do CNAS

Quadro 6 – Pontos fortes do CNAS

Quadro 7 – Sugestões de melhoria na atuação do CNAS

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição geográfica dos conselheiros do CNAS

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

Diest – Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Loas – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares

1 INTRODUÇÃO

O Ipea, em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República, estabeleceu a participação social e o diálogo com a sociedade como temas centrais em sua agenda de estudos. Dado o recente fortalecimento das relações entre sociedade civil e Estado, por meio da ampliação e diversificação dos canais de participação – como conselhos, comissões, conferências, audiências públicas, ouvidorias –, o instituto considera fundamental conhecer estes espaços democráticos a fim de contribuir na criação de condições para seu aprimoramento.

Os conselhos de políticas públicas são aqui entendidos como espaços públicos vinculados a órgãos do Poder Executivo e têm por finalidade permitir a participação da sociedade na definição de prioridades para a agenda política, bem como na formulação, acompanhamento e controle das políticas públicas. São constituídos em âmbito nacional, estadual e municipal. Além disso, é importante ressaltar que eles permitem a inserção de novos temas e atores sociais na agenda política.

Hoje existem conselhos nas diversas áreas de políticas públicas e níveis da federação. O presente relatório compõe a série *Conselhos nacionais: perfil, atuação e visão dos conselheiros* e, integrando o Projeto Institucionalização da Participação Social no Brasil – conduzido pela Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea –, se propõe a estudar os conselhos de âmbito nacional. O número destes conselhos aumentou consideravelmente, desde o início da década de 1990 – entre 1930 e 1989 foram criados cinco conselhos nacionais, já entre 1990 e 2009 foram criados 26 conselhos nacionais (IPEA, 2010), fato diretamente relacionado à difusão da ideia de participação nas políticas públicas pós-Constituição Federal (CF) de 1988. Como consequência, a quantidade de cidadãos que passou a participar da construção das políticas por meio desses espaços é significativa, o que requer mudanças na forma de o Estado gerir as políticas públicas. Estas mudanças pressupõem, necessariamente, o conhecimento acerca de quem participa e como funcionam esses espaços.

Os objetivos da pesquisa, na tentativa de criar subsídios para a compreensão do funcionamento dessas instituições, estão listados a seguir.

- 1) Traçar o perfil dos conselheiros dos conselhos nacionais de políticas públicas.
- 2) Analisar como os conselheiros avaliam sua própria atuação.
- 3) Investigar como os conselheiros avaliam o trabalho do conselho.
- 4) Buscar como os conselheiros percebem a influência do conselho.

Utilizou-se – a fim de alcançar esses objetivos – um questionário padrão (anexo 1), aplicado em 21 conselhos nacionais e em três comissões (cujas características similares aos conselhos as incluíram na amostra). O questionário foi elaborado em função dos objetivos acima: perfil, atuação, avaliação de estruturas e avaliação de impactos.

O presente relatório contém a sistematização das respostas dos conselheiros do Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS). Tais informações constituem um diagnóstico do conselho na visão de seus próprios conselheiros. Os relatórios, que também serão entregues a outros conselhos, têm por finalidade oferecer informações básicas visando contribuir para o aperfeiçoamento do processo democrático e decisório no colegiado.

As seções seguintes do relatório são constituídas por

- descrição da metodologia da pesquisa e das atividades realizadas;
- uma contextualização do CNAS, com breve histórico do conselho, seguido da descrição de suas competências, composição, estrutura e ferramentas de atuação junto às políticas públicas;
- descrição dos dados coletados por meio do questionário padrão – questões fechadas e abertas; e
- considerações finais e algumas questões para debate identificadas a partir das respostas dos conselheiros com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento e fortalecimento do processo decisório e participativo do conselho.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa foi dividida em duas fases. A primeira consistiu em coletar e sistematizar informações sobre os principais conselhos de âmbito nacional por meio de aplicação de questionário padrão estruturado com 28 questões (anexo 1), divididas em três blocos.

- 1) Bloco 1: perfil dos cidadãos que atuam como conselheiros.
- 2) Bloco 2: forma de atuação do conselheiro ou conselheiras.
- 3) Bloco 3: funcionamento do conselho.

O objetivo dessa fase, da qual este relatório é o produto final, foi analisar separadamente cada conselho nacional e apresentar aos conselheiros um relatório descritivo contendo as informações específicas do conselho ao qual pertencem. Cada um dos conselhos nos quais foi possível a aplicação do questionário em uma quantidade significativa de conselheiros – mais de 50% do número de questionários em relação ao número de titulares no conselho –, receberá de volta um relatório como este, contendo a descrição das informações coletadas.

A segunda fase tem por objetivo analisar, de forma agregada e comparada, os 21 conselhos e as três comissões que compõem a amostra da pesquisa (quadro 1). A ideia é fornecer um diagnóstico inédito e abrangente sobre os conselhos nacionais de políticas públicas. Este diagnóstico será constituído pela análise do perfil dos conselheiros nacionais, pela identificação de características do funcionamento dessas instituições que podem influenciar na eficiência e eficácia democrática e, por fim, pela avaliação do papel e da influência dos conselhos nacionais nas políticas públicas brasileiras.

Os conselhos e as comissões que compõem a amostra foram selecionados de acordo com critérios específicos, já expressos anteriormente pelo Ipea (2010, p. 572), de forma que inclui:

- conselhos considerados centrais em suas áreas de políticas públicas – excluem-se, assim, os conselhos auxiliares e complementares na execução de políticas, como conselhos curadores e conselhos gestores de fundos;
- conselhos que tenham necessariamente a presença de sociedade civil em sua composição; e
- conselhos criados por ato normativo de abrangência ampla – decreto presidencial ou lei promulgada pelo Congresso Nacional.

Segue o quadro 1 com a amostra inicial da pesquisa.

QUADRO 1
Amostra de conselhos e comissões

Número	Sigla	Conselho	Órgão vinculado	Membros titulares	Questionários respondidos
1	CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	13	6
2	CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	18	19
3	CNCD/LGBT	Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	30	29
4	CNDI	Conselho Nacional dos Direitos do Idoso	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	28	16
5	CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	44	17
6	CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária	Ministério do Trabalho e Emprego	56	34
7	CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural	Ministério da Cultura	52	25
8	CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	30	19
9	CNPI	Comissão Nacional de Política Indigenista	Ministério da Justiça	35	16
10	CNPIR	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial	Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial	44	34
11	CNPS	Conselho Nacional da Previdência Social	Ministério da Previdência Social	15	15
12	CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	Ministério do Meio Ambiente	57	47
13	CNS	Conselho Nacional de Saúde	Ministério da Saúde	48	62
14	CNT	Conselho Nacional de Turismo	Ministério do Turismo	69	43
15	Conade	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	38	23
16	Conaeti	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil	Ministério do Trabalho e Emprego	31	25
17	Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente	Ministério do Meio Ambiente	106	79
18	Conanda	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	29	24
19	Conape	Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca	Ministério da Pesca e Aquicultura	54	35
20	CONASP	Conselho Nacional de Segurança Pública	Ministério da Justiça	48	36
21	Concidades	Conselho das Cidades	Ministério das Cidades	86	55
22	CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	Ministério do Desenvolvimento Agrário	38	28
23	Conjuve	Conselho Nacional de Juventude	Secretaria-Geral da Presidência da República	60	40
24	Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Secretaria-Geral da Presidência da República	57	40

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos critérios selecionados, 27 conselhos nacionais e três comissões foram incluídos nesta pesquisa. A aplicação dos questionários ocorreu com sucesso em 21 conselhos e em três comissões. Não foi possível a aplicação dos questionários nos seguintes conselhos: Conselho Nacional de Educação; Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia; Conselho Nacional do Esporte; Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção; Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas; e Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Por fim, foram obtidas 707 respostas de conselheiros e 60 de membros de comissão, totalizando 767 questionários respondidos.

No CNAS, o questionário foi aplicado durante a 188ª reunião ordinária, realizada em 12 de abril de 2011, no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), localizado em Brasília – Distrito Federal. No início da reunião, os conselheiros foram informados sobre a aplicação do questionário e sobre os objetivos da pesquisa. Foi adotada uma metodologia híbrida para aplicação dos questionários, compreendendo duas etapas. A primeira, e mais efetiva em termos de volume de retorno deu-se por meio da entrega dos questionários para cada conselheiro antes do início da reunião.

Os questionários foram recolhidos pela equipe do Ipea tanto durante a reunião quanto ao término da plenária. Na segunda etapa, de caráter complementar, previa-se o envio do questionário a ser preenchido virtualmente, a partir do recebimento do arquivo por *e-mail*. A adoção de estratégia híbrida para o preenchimento do questionário (presencial e por *e-mail*) mostrou-se satisfatória, pois contribuiu para elevar o retorno, de questionários. No CNAS, 19 conselheiros responderam ao questionário, entre titulares e suplentes.

Após a coleta dos questionários, os mesmos foram tabulados e incluídos em banco de dados com o auxílio do *software* Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), o qual servirá posteriormente para efetuar as análises comparativas entre conselhos. A tabulação dos dados constitui a principal fonte que sustenta as informações e as conclusões apresentadas neste relatório descritivo. Além disso, foi feita uma caracterização do conselho utilizando trabalhos que abordaram a temática do CNAS e a legislação do conselho.

3 CNAS: CONTEXTUALIZAÇÃO

O CNAS é um órgão superior de deliberação colegiada, instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). O conselho tem caráter permanente e possui uma composição paritária entre governo e sociedade civil, e está vinculado à estrutura do MDS.

A Loas foi instituída para reconhecer os direitos sociais no país, ao estabelecer um conjunto de garantias fundamentais (benefícios e serviços socioassistenciais). A Loas determina o Estado (governos municipais, estaduais e federal) como agente promotor destas garantias e direitos, enfim, da cidadania dos brasileiros.

A Loas também estabelece o CNAS como órgão de controle social da política de assistência social em nível federal, que deve trabalhar junto com o governo federal no desenvolvimento da Política Nacional da Assistência Social (PNAS), ao exercer o controle social das políticas na temática em questão, normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada neste campo. Entre suas funções, destaca-se também a responsabilidade de convocar ordinariamente a Conferência Nacional de Assistência Social, que já completou oito edições.

3.1 Breve histórico

No Brasil, ações de assistência aos que, por motivos diversos, não conseguiam assegurar suas condições mínimas de segurança e subsistência, estavam relacionadas às iniciativas da esfera privada, especialmente, instituições religiosas. Com o processo de (re)democratização, o país vivenciou novas discussões em torno dos direitos sociais, os quais passariam a integrar a nova Carta constitucional. Todo este processo colocou o tema da assistência social, para além das ações assistencialistas, na agenda política (CUNHA, 2009).

O tema tomou força e visibilidade por meio da atuação das organizações civis, de movimentos sociais e acadêmicos, mobilizados para que fossem inscritos artigos constitucionais com o intuito de assegurar direitos sociais, principalmente, pela categoria dos assistentes sociais e de outros trabalhadores da área, que defendiam considerar como responsabilidade do Estado a proposição de uma política que reconheça as necessidades sociais como uma questão pública (GONÇALVES, 2003, p. 59).

A CF de 1988 estabeleceu um sistema de direitos sociais universalistas e democráticos, em consonância com as reivindicações e lutas levantadas por atores que se organizaram em defesa da cidadania, dos direitos políticos e sociais. A assistência social foi garantida como política pública de direito do cidadão e dever do Estado, por meio do Artigo 194, que determina um conjunto de ações dos poderes públicos e da sociedade para assegurar os direitos relativos à assistência social, à saúde e à previdência (MORETTO e SILVEIRA, 2010).

A assistência social, compreendida como política pública, direito do cidadão e dever do Estado, toma corpo com a regulamentação da Loas. Em seu Artigo 16, a lei determina a criação dos conselhos de assistência social, nas três esferas governamentais, instâncias deliberativas, que devem funcionar dentro de um sistema descentralizado e participativo, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil. São eles: o CNAS; os conselhos estaduais de assistência social; o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal; e os conselhos municipais de assistência social.

O CNAS tem exercido um papel fundamental na reorganização do quadro nacional relativo à assistência social. Em 2004, o conselho aprovou a PNAS, que elabora um conjunto de novas exigências para a organização e prestação dos serviços socioassistenciais, as quais geram demandas mais complexas para gestores, trabalhadores e conselheiros da assistência social. O Suas, por sua vez, foi instituído em 2005 pela PNAS, impondo desafios e demandas por uma maior capacidade técnica, política e ética, além de um maior exercício do controle social (CNAS, 2011).

3.2 Finalidades e competências

Segundo seu regimento interno, o CNAS deve exercer o controle social, no âmbito público e privado, além de atuar na formulação e no controle da PNAS. Entre as competências do CNAS, estão:

- formular estratégias e atuar no controle da política pública de assistência social, também nos aspectos econômicos e financeiros;

- controlar a atuação do setor privado na área da assistência social;
- elaborar cronograma de transferências de recursos financeiros da União para os demais entes federativos;
- acompanhar o desenvolvimento científico na área de assistência social; e
- atuar junto ao MDS, além de convocar ordinariamente ou extraordinariamente, a cada dois anos, a Conferência Nacional de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.

3.3 Composição

O CNAS é um órgão superior de deliberação colegiada, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil. O conselho possui um colegiado composto por 18 membros titulares e respectivos suplentes, nomeados pelo presidente da República, cujos nomes são indicados ao MDS. Metade dos conselheiros representa o poder público. A outra parte é dividida, igualmente, entre: representantes de usuários ou de organizações de usuários da assistência social; entidades e organizações da assistência social; e trabalhadores do setor da assistência social. De acordo com o quadro 2, é possível conhecer as entidades e órgãos governamentais representados pelos conselheiros titulares e suplentes, na gestão do biênio 2010-2012.

QUADRO 2
Composição do CNAS para o biênio 2010-2012

Poder público federal	
1)	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
2)	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
3)	Ministério da Previdência Social (MPS)
4)	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
5)	Ministério da Educação (MEC)
6)	Ministério da Saúde (MS)
7)	Estados
8)	Municípios
Sociedade civil	
Entidades e organizações de assistência social	
1)	União Brasileira de Educação e Ensino (Ubee)
2)	Fundação Orsa
3)	União Social Camiliana
4)	Associação da Igreja Metodista
5)	Federação Espírita Brasileira
6)	Associação Antônio Vieira
Representantes e organizações de usuários da assistência social	
1)	Associação Brasileira de Autismo (Abra)
2)	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis)
3)	Federação Nacional das Associações para Valorização das Pessoas com Deficiência (Avape)
4)	Pastoral da Pessoa Idosa
5)	Movimento Nacional de População de Rua
6)	Federação Nacional das Apaes (Fenapaes)
Representantes dos trabalhadores da área de assistência social	
1)	Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi)
2)	Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas (FENATIBREF)
3)	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Segurança Social da CUT (CNTSS/CUT)
4)	Ordem dos Advogados do Brasil (conselho federal)
5)	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)
6)	Conselho Federal de Psicologia

Fonte: CNAS [s.d.].

Cada um dos representantes listados no quadro 2 terá um suplente e mandato de dois anos, permitida uma única recondução por igual período. Entre os representantes do poder público, um assento será reservado para um representante dos estados e outro para um representante dos municípios. Os representantes governamentais titulares e suplentes serão indicados pelos ministros de Estado, conforme dispuser ato do Poder Executivo Federal, assim como a definição de correspondência da titularidade e da suplência, com exceção dos representantes dos estados e municípios. Os representantes governamentais titulares e suplentes dos Estados serão escolhidos no Fórum Nacional dos Secretários da Assistência Social (Fonseas) e dos municípios, no Colegiado Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social (Congemas).

A representação da sociedade civil e sua respectiva suplência são exercidas pelas entidades que adquirirem um maior número de votos obtidos em cada um dos segmentos das representações do quadro 2, em foro próprio.

3.4 Organização

De acordo com Regimento Interno do CNAS, homologado pela Resolução nº 6, de 9 de fevereiro de 2011, o CNAS é organizado em torno de um Colegiado e uma Secretaria Executiva. O Colegiado do CNAS tem a seguinte estrutura de funcionamento: plenária; Presidência Ampliada; comissões temáticas; Comissão de Ética; Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda; e grupos de trabalho.

O Colegiado tem como função: apreciar e deliberar sobre os assuntos encaminhados ao CNAS, bem como as matérias de sua competência; expedir normas de sua competência, necessárias à regulamentação e implementação da PNAS; e aprovar a instituição de grupos de trabalho, suas respectivas competências, sua composição, procedimentos e prazos de duração.

Na primeira reunião, o CNAS elege, por voto de no mínimo dois terços dos seus membros titulares ou na titularidade, o presidente e o vice-presidente. A Presidência Ampliada é composta pelo presidente, vice-presidente e pelos coordenadores das comissões temáticas. À ela compete organizar os trabalhos internos do conselho, como a elaboração e proposição dos assuntos das pautas das reuniões, a decisão acerca da pertinência e da relevância de eventos para participação do CNAS, bem como a autorização do conselheiro a representar o CNAS em eventos. A Presidência Ampliada ainda deve dirimir conflitos de atribuições entre as comissões temáticas e os grupos de trabalho. Para além da ordenação das atividades externas, a Presidência Ampliada define a condução do monitoramento das deliberações da CNAS, levando em consideração o Plano Decenal de Assistência Social.

As comissões temáticas têm a atribuição de subsidiar o CNAS no cumprimento das competências referidas na Loas. São elas: Comissão de Política da Assistência social; Comissão de Normas da Assistência Social; Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência social; e Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social.

A Secretaria Executiva contará com um secretário executivo e um corpo técnico e administrativo próprio, constituído de servidores dos quadros do MDS ou requisitados de outros órgãos da administração pública federal. A Secretaria Executiva fica diretamente subordinada à Presidência e ao Colegiado, para dar suporte ao cumprimento de suas competências, ao dar suporte técnico-operacional para o Colegiado do CNAS.

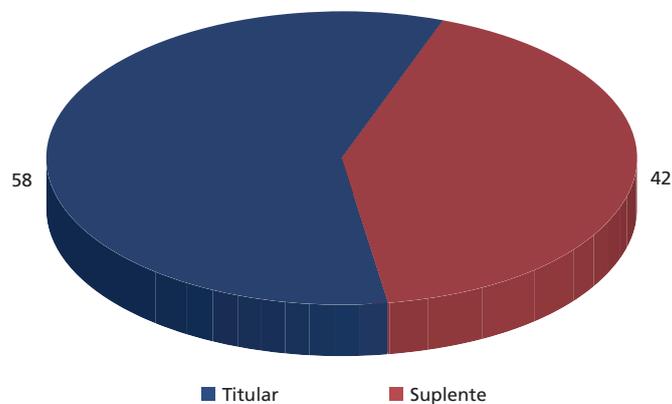
O CNAS reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, por convocação de seu presidente ou, extraordinariamente, por convocação da Presidência ou de pelo menos um terço de seus membros, observado o prazo preferencial de 13 dias para a convocação de reunião.

4 DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Descrevem-se aqui as informações obtidas por meio da sistematização dos dados coletados com a utilização do questionário (anexo 1) no CNAS. A descrição é dividida em três blocos que expressam o perfil dos cidadãos que atuam como conselheiros, a percepção deles a respeito da forma de atuação dos conselheiros e sobre o funcionamento do conselho. As informações são apresentadas na forma de gráficos seguidos de parágrafos explicativos.

Inicialmente se verificou a distribuição do preenchimento do questionário por situação no conselho (se titular ou suplente): o gráfico 1 expressa a quantidade de conselheiros titulares e suplentes que responderam ao questionário.

GRÁFICO 1
Situação no conselho
(Em %)

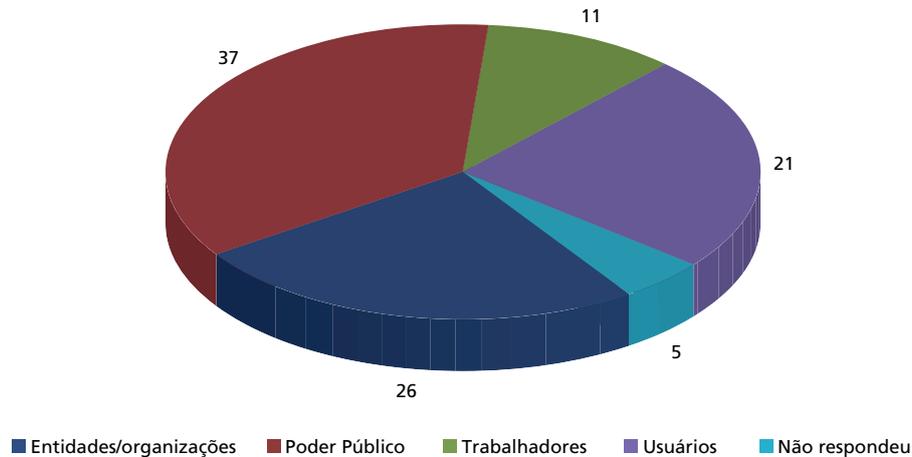


Elaboração dos autores.

Conforme se pode observar, 58% dos conselheiros que responderam aos questionários são conselheiros titulares do CNAS, enquanto 42% são suplentes.

O gráfico 2 nos oferece a distribuição percentual dos conselheiros segundo o setor de representação. Como é possível perceber, entre os conselheiros que compõem a amostra, 58% pertencem à sociedade civil (entidades e organizações, trabalhadores e usuários) e 37% pertencem a instituições do poder público. A pesquisa, portanto, teve uma maior representação de respondentes da sociedade civil, uma vez que a composição do CNAS atribui 50% das vagas para membros da sociedade civil e a mesma quantidade para representantes do poder público.

GRÁFICO 2
Amostra segundo setor de representação
 (Em %)



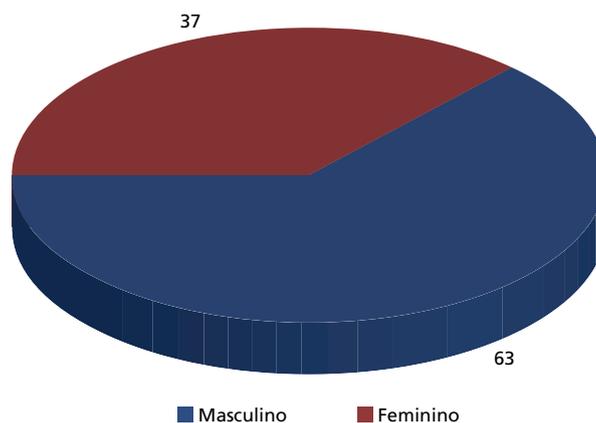
Elaboração dos autores.

4.1 Bloco 1: perfil dos conselheiros

Este bloco apresenta o perfil dos conselheiros que participaram da pesquisa. Os dados mostram a caracterização dos conselheiros no que se refere a gênero/sexo, cor, escolaridade, religião, faixa etária, renda, município de residência, tempo que atua como conselheiro e informações sobre possível atuação em outros conselhos.

4.1.1 Distribuição dos conselheiros por sexo

GRÁFICO 3
Conselheiros segundo o sexo
 (Em %)



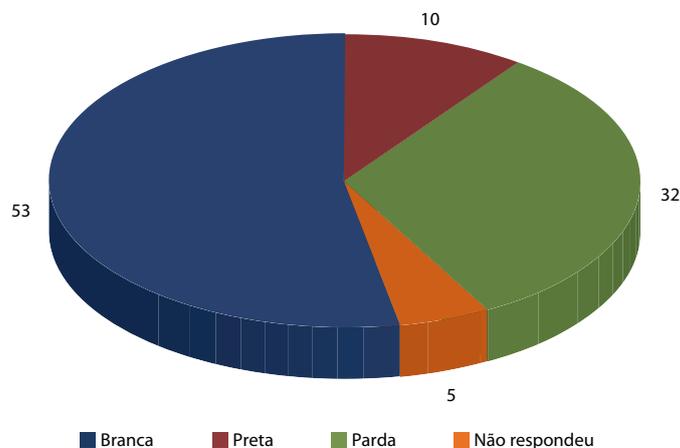
Elaboração dos autores.

Entre os conselheiros do CNAS participantes da pesquisa, existe uma predominância (63%) de participantes do sexo masculino. As mulheres, por um lado, representam 37% dos respondentes. De forma curiosa, os resultados da pesquisa caminham no sentido contrário de informações sobre a participação de mulheres nos conselhos municipais de assistência social – nos quais as mulheres tradicionalmente representam a maioria expressiva dos participantes (LÜCHMANN e ALMEIDA, 2010; CUNHA, 2009).

Por outro lado, apesar da predominância masculina, é preciso reconhecer que esse conselho oferece mais oportunidades para a participação feminina que o parlamento brasileiro, no qual a representação feminina corresponde a menos de 10% das cadeiras – 43 parlamentares do sexo feminino e 470 do sexo masculino (BRASIL, 2011). Na segunda fase desta pesquisa, quando os dados agregados dos conselhos nacionais forem tratado, será possível ter uma ideia de como se dá a distribuição de vagas por gênero nos conselhos de forma geral.

4.1.2 Conselheiros segundo a cor/raça

GRÁFICO 4
Conselheiros segundo a cor/raça
(Em %)



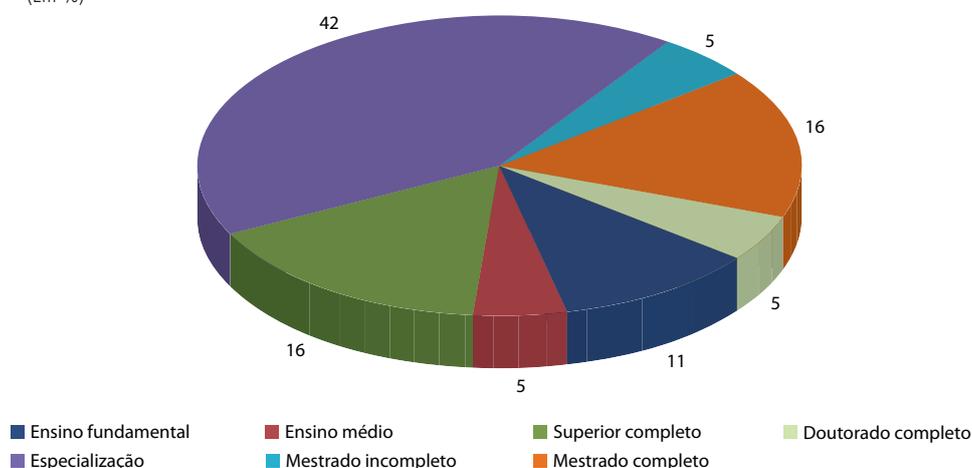
Elaboração dos autores.

Tal qual demonstra o gráfico 4, o CNAS é composto predominantemente por conselheiros que se declaram de cor branca (53%). Dos demais, 32% se consideram pardos, 10% pretos e uma pessoa não respondeu (5%).

As opções de cor disponíveis nesta questão foram baseadas na tipologia adotada pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE) no Censo 2010 e incluíam: branca, preta, parda, amarela e indígena. Apesar de estas cinco categorias utilizadas pelo IBGE serem, por vezes, alvo de críticas, o IBGE considera que elas ajudam a construir um papel legitimador das representações sobre os diversos grupos étnicos raciais que convivem no Brasil (IBGE, 2008, p. 12). Além disso, “os termos propostos (...) foram pensados como totalmente descritivos, sem nenhuma ideia de que eles servissem como forma de identificação dos grupos” (SCHWARTZMAN, 1998).

4.1.3 Escolaridade dos conselheiros

GRÁFICO 5
Escolaridade dos conselheiros
 (Em %)



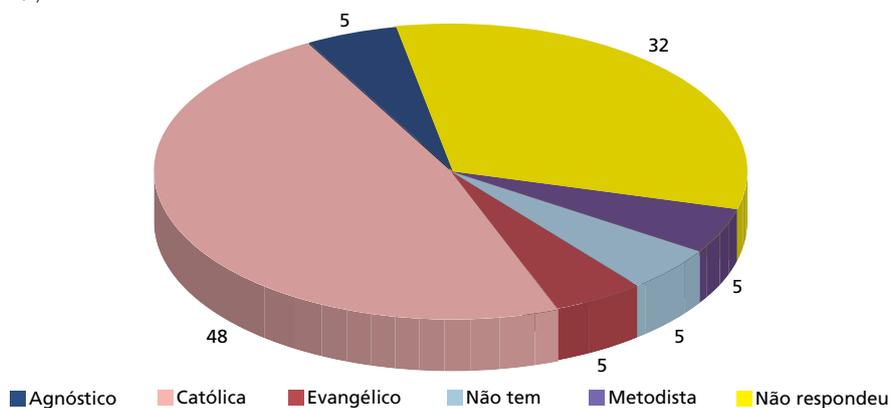
Elaboração dos autores.

A média de escolaridade do brasileiro com 25 anos de idade ou mais, medida pelo IBGE em 2009, é de 7,1 anos de estudo, o que significa uma escolaridade que não alcança a conclusão do ensino fundamental (IBGE, 2010a, p. 50). O gráfico 5 revela a distribuição dos conselheiros do CNAS quanto à escolaridade. Oitenta e nove por cento dos conselheiros que responderam aos questionários possuem pelo menos o ensino médio completo, e apenas 11% possuem ensino fundamental completo. Além disso, 16% dos conselheiros têm ensino superior completo e 68% possuem algum tipo de especialização ou pós-graduação, revelando uma média de escolaridade superior à média nacional.

4.1.4 Religião dos conselheiros

Observou-se, de acordo com gráfico 6, qual é religião ou culto dos conselheiros do CNAS. Utilizou-se a terminologia e o tipo de pergunta adotada no Censo do IBGE: “qual sua religião ou culto?”. Dessa forma, evitou-se o uso de uma grande lista de respostas possíveis, o que poderia deixar de incluir algum grupo religioso. A partir das respostas abertas a esta pergunta, foram delimitadas as categorias dispostas no gráfico 6.

GRÁFICO 6
Religião ou culto dos conselheiros
 (Em %)

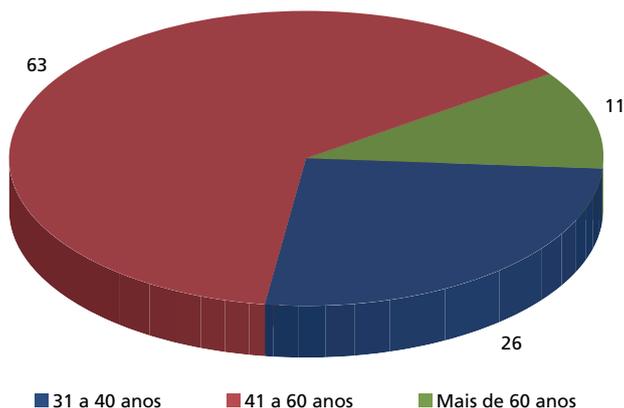


Elaboração dos autores.

Por motivos desconhecidos pela pesquisa, grande parte dos participantes optou por não declarar sua religião ou culto (32%). Entre aqueles que responderam, é possível observar a diversidade de cultos e crenças que perpassam a população brasileira como um todo, refletindo a diversidade cultural do país, apesar da predominância de conselheiros que se declaram de religião católica (48%).

4.1.5 Faixa etária dos conselheiros

GRÁFICO 7
Faixa etária dos conselheiros
(Em %)



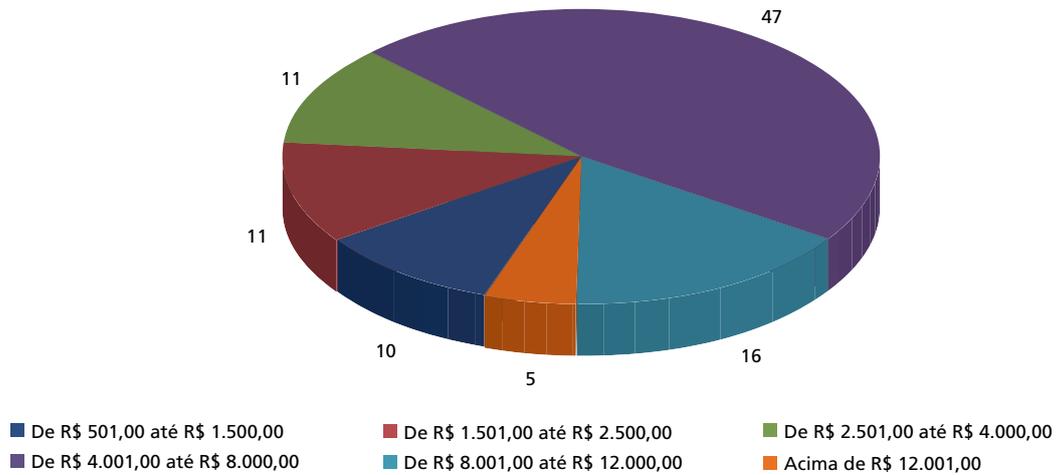
Elaboração dos autores.

Em relação à faixa etária, observa-se no gráfico 7 que existe no CNAS uma predominância de conselheiros na faixa etária entre 41 e 60 anos (63%). Dos demais, 26% disseram ter entre 31 e 40 anos, enquanto 11% declararam possuir mais de 60 anos.

4.1.6 Renda familiar média mensal dos conselheiros

A renda mensal familiar foi mensurada por meio de faixas de renda. De acordo com o gráfico 8, 21% dos conselheiros declararam ter renda familiar mensal média de até R\$ 2.500. Os demais (79%) possuem uma renda familiar acima da média nacional (IBGE, 2010b). Destes, 11% possuem renda entre R\$ 2.501 e R\$ 4 mil, e 47% entre R\$ 4.001 e R\$ 8 mil. Dezesesseis por cento dos conselheiros declararam ter renda mensal maior que R\$ 8 mil e menor que R\$ 12 mil e 5% declaram possuir renda acima de R\$ 12 mil.

GRÁFICO 8
Conselheiros segundo renda familiar média mensal
 (Em %)

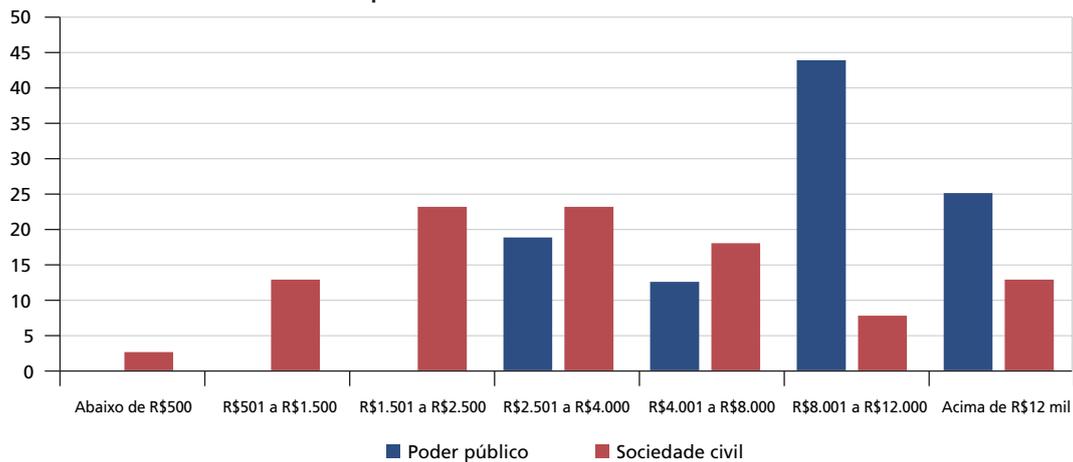


Elaboração dos autores.

Renda familiar mensal por segmento

Analisando a renda média mensal por setor de representação (gráfico 9), é possível perceber que as rendas mais altas (acima da média da família brasileira medida pela Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF) são encontradas, sobretudo, entre os representantes do poder público. Nenhum conselheiro representante deste setor ganha menos de R\$ 2.051, sendo que a maioria que ganham acima de R\$ 12 mil são representantes do poder público. Entre os representantes da sociedade civil, existe uma maior variação da renda média mensal familiar, apesar de ocorrer uma concentração na faixa dos que recebem entre R\$ 1.501 e R\$ 4 mil.

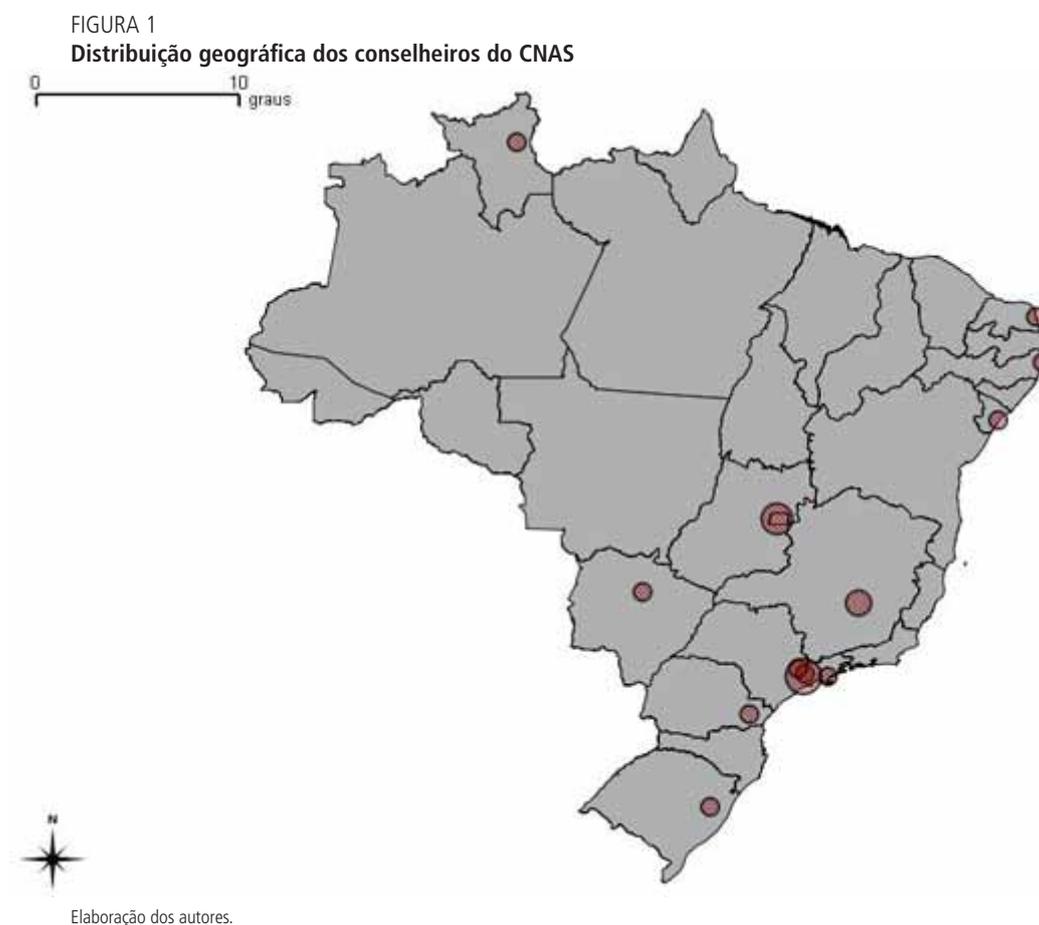
GRÁFICO 9
Renda familiar média mensal por setor



Elaboração dos autores.

4.1.7 Município/Unidade da Federação (UF) de residência dos conselheiros

De modo a obter uma melhor representação espacial da distribuição dos conselheiros no país, foi feito um mapa demonstrativo. Neste mapa, os círculos indicam os municípios de residência e seu tamanho reflete a proporção de conselheiros que indicaram residir naquele local. O detalhamento dos nomes dos municípios e a frequência de resposta para cada um podem ser encontrados no quadro 3.



Observa-se que no CNAS existem conselheiros de todas as regiões do país: Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sudeste e Sul. A maior concentração de conselheiros está nas regiões Sudeste (com destaque para o estado de São Paulo) e Centro-Oeste (com destaque para Brasília).

QUADRO 3
Distribuição dos conselheiros por município

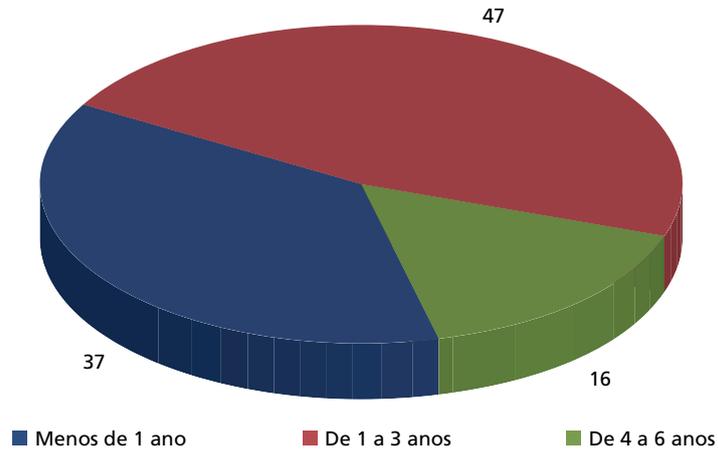
Município/UF de residência	Frequência
São Paulo-SP	4
Brasília-DF	3
Belo Horizonte-MG	2
Aracaju-SE	1
Boa Vista-RR	1
Caragatatuba-SP	1
Curitiba-PR	1
Guarulhos-SP	1
Jundiaí-SP	1
Natal-RN	1
Porto Alegre-RS	1
Recife-PE	1
São Gabriel do Oeste-MS	1
Total	19

Elaboração dos autores.

4.1.8 Conselheiros segundo o tempo no conselho

Observa-se, no gráfico 10, que 37% dos conselheiros estão no CNAS há menos de um ano, 47% estão no conselho entre um e três anos, e 16% são conselheiros entre quatro e seis anos.

GRÁFICO 10
Conselheiros segundo o tempo no conselho
(Em %)

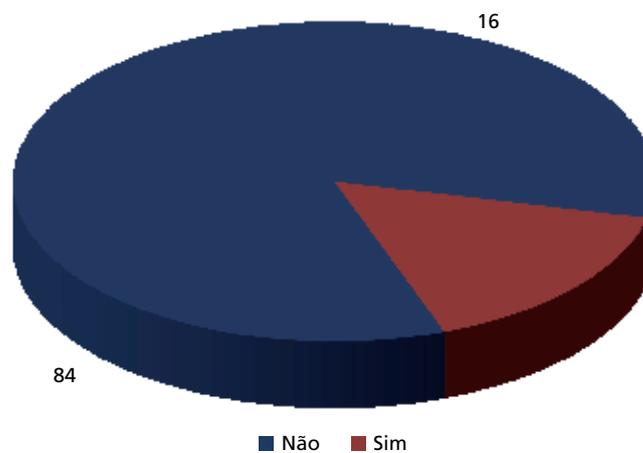


Elaboração dos autores.

4.1.9 Representação de outros setores dentro do conselho

O gráfico 11 mostra que apenas 16% dos conselheiros afirmaram haver representado outros setores dentro do conselho, antes da representação atual. A maioria dos conselheiros que participaram da pesquisa representou apenas um setor durante seus mandatos.

GRÁFICO 11
Representação de outros setores dentro do conselho (anterior à representação atual)
(Em %)

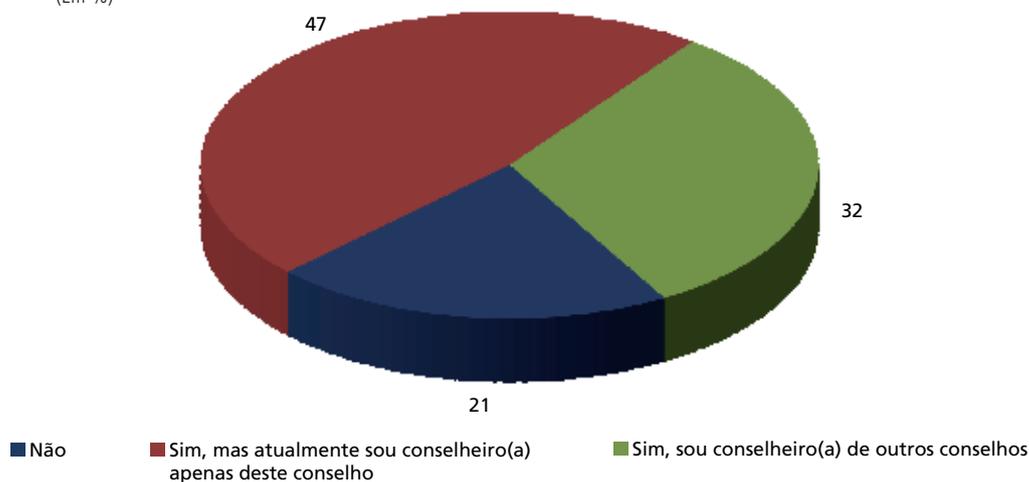


Elaboração dos autores.

4.1.10 Atuação em outros conselhos

O gráfico 12 representa as respostas à indagação sobre se o conselheiro participa atualmente ou se já participou de outros conselhos além do CNAS.

GRÁFICO 12
Participação dos conselheiros em outros conselhos
(Em %)



Elaboração dos autores.

Vinte e um por cento dos conselheiros disseram não participar ou não ter participado de outros conselhos, ao passo que 79% dos conselheiros já foram (47%) ou ainda são (32%) conselheiros de outros conselhos. Conforme é possível observar no quadro 4, cinco conselheiros atuam ou atuaram apenas em conselhos municipais, a mesma quantidade participa ou participou somente de conselhos estaduais e um afirmou ser ou ter sido conselheiro nacional de outro conselho. Três apontaram ter ou ter tido experiência com conselho municipal e conselho estadual, e um atua ou já atuou nos três tipos de conselhos.

QUADRO 4
Atuação em conselhos fora do CNAS

Tipo de conselho	Número
Apenas conselho nacional	1
Apenas conselho estadual	5
Apenas conselho municipal	5
Conselhos nacional e estadual	-
Conselhos nacional e municipal	-
Conselhos estadual e municipal	3
Conselhos nacional, estadual e municipal	1
Total	15

Fonte: Dados da pesquisa.

QUADRO 5
Resumo do perfil dos conselheiros do CNAS

Sexo	37% do sexo feminino, 63% do sexo masculino
Cor/raça	53% dos conselheiros se declaram de cor branca, 32% parda, 10% preta e 5% não responderam
Escolaridade	11% ensino fundamental, 5% ensino médio, 16% superior completo, 68% especialização ou pós-graduação
Religião ou culto	32% não declararam, 48% católica
Faixa etária	63% entre 41 e 60 anos, 11% com mais de 60 anos, 26% entre 31 a 40 anos.
Renda mensal média familiar	21% têm renda familiar mensal média de até R\$ 2.500; 11% entre R\$ 2.501 e R\$ 4 mil e 47% entre R\$ 4.001 e R\$ 8 mil; 16% entre R\$ 8 mil e R\$ 12 mil e 5% acima de R\$ 12 mil
Tempo no conselho	37% a menos de um ano, 47% de um a três anos, 16% de quatro a seis anos
Representação anterior de outros setores dentro do CNAS	84% dos conselheiros nunca representaram outros setores dentro do CNAS, apenas 16% já o fizeram
Participação em outros conselhos	79% dos conselheiros atuam ou já atuaram em outro conselho, enquanto 21% responderam que não participam ou participaram de outros conselhos

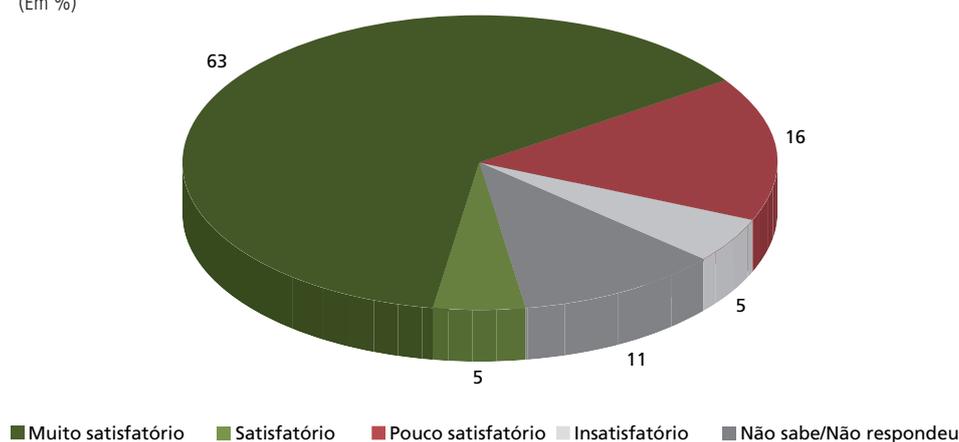
Fonte: Dados da pesquisa.

4.2 Bloco 2: atuação dos conselheiros ou conselheiras

Este bloco busca captar a percepção dos conselheiros acerca da composição do conselho, da própria atuação como conselheiro, interesses que eles entendem defender, articulação entre setores do conselho e interação e formas de comunicação com a base de apoio.¹ Os gráficos desta primeira seção representam o grau de satisfação do conselheiro em relação aos aspectos citados. Cada respondente avalia em uma escala que inclui cinco opções de avaliação: muito satisfatória, satisfatória, pouco satisfatória, insatisfatória e não sabe ou não se aplica.

4.2.1 Avaliação do número total de conselheiros

GRÁFICO 13
Número total de conselheiros
(Em %)



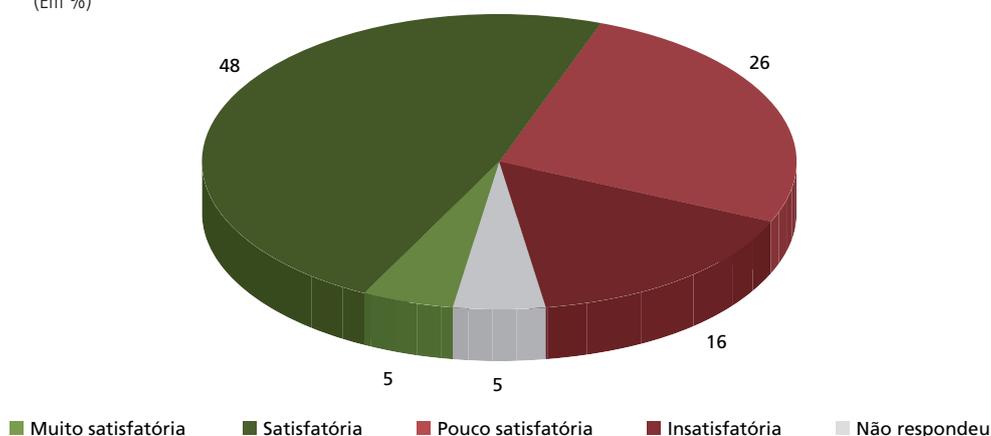
Elaboração dos autores.

Dos conselheiros do CNAS que responderam ao questionário, a maioria (68%) considera o número total de conselheiros que compõe o conselho como satisfatório (63%) ou muito satisfatório (5%). Dezesseis por cento dos respondentes consideraram o número de conselheiros pouco satisfatório e 5% avaliam o número como insatisfatório. Um conselheiro não respondeu e outro marcou a opção de resposta “não sabe” (11%).

1. Considerou-se como “base de apoio” o grupo principal de pessoas representadas pelo conselheiro ou pela conselheira.

4.2.2 Avaliação da diversidade de setores representados

GRÁFICO 14
Diversidade dos setores representados
(Em %)

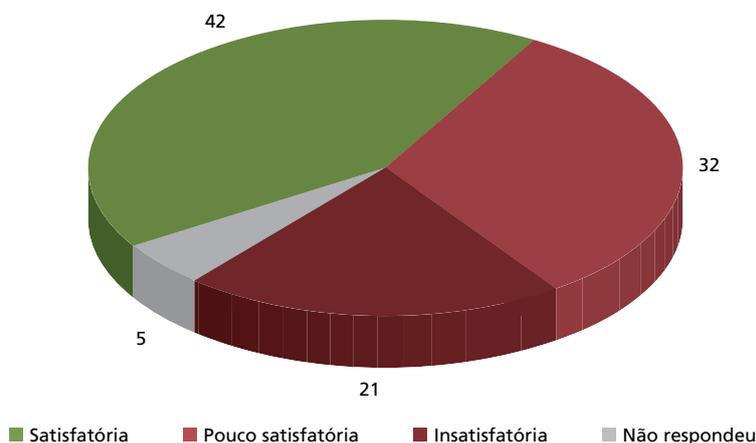


Elaboração dos autores.

Como é possível observar pelo gráfico 14, 53% dos conselheiros consideram a diversidade de setores satisfatória ou muito satisfatória. Em contrapartida, 26% dos conselheiros consideram a diversidade interna pouco satisfatória e 16% como insatisfatória. E, por motivos desconhecidos, um conselheiro não respondeu (5%).

4.2.3 Avaliação do número de conselheiros em cada setor

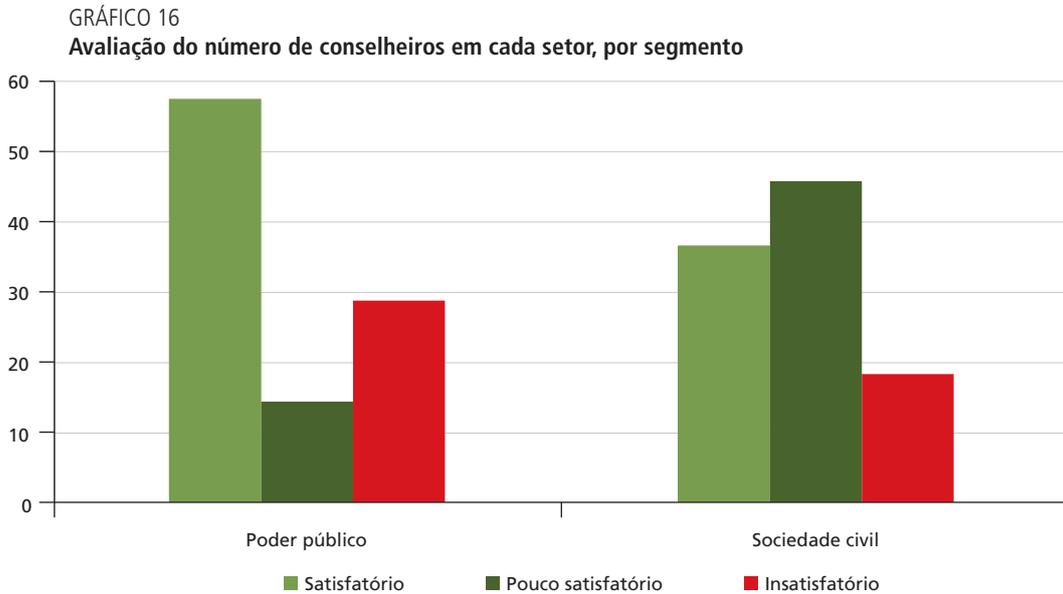
GRÁFICO 15
Número de conselheiros em cada setor
(Em %)



Elaboração dos autores.

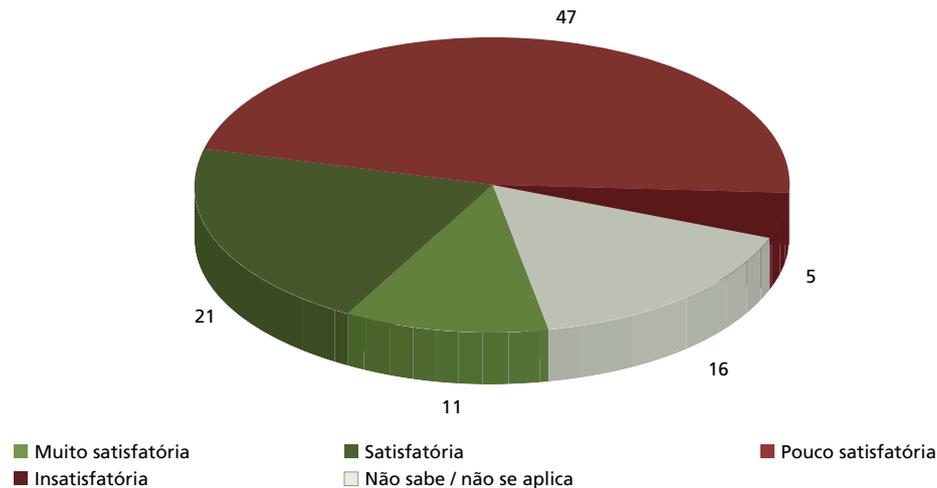
De acordo com o gráfico 15, 42% dos conselheiros consideram o número de conselheiros em cada setor satisfatório. Trinta e dois por cento consideram a divisão da composição por setores como pouco satisfatória e 25% como insatisfatória.

O gráfico 16 permite uma análise mais aprofundada desta questão, ao mostrar as respostas por segmento. Como é possível perceber, o número de conselheiros por setor da composição do CNAS não foi bem avaliado. Porém, os membros representantes do poder público avaliam de forma mais positiva esse quesito. Entre representantes da sociedade civil (entidades e organizações, trabalhadores e usuários), a maioria considera a divisão da composição por setores como pouco satisfatória ou insatisfatória.



4.2.4 Avaliação da forma de escolha das entidades com assento no conselho

GRÁFICO 17
Forma de escolha das entidades com assento no conselho
(Em %)



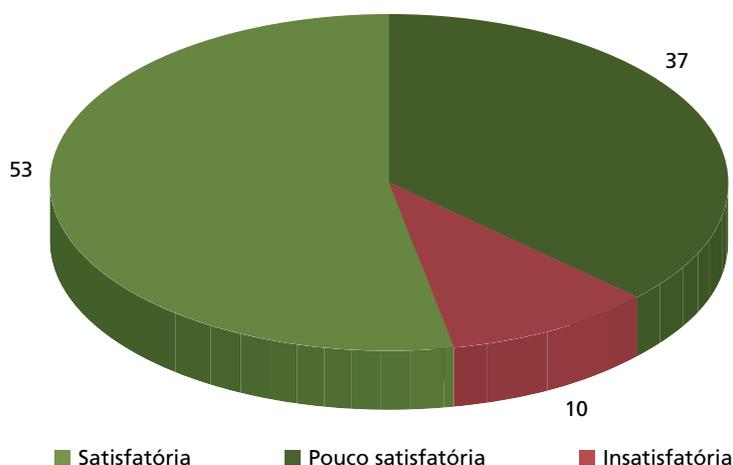
Em relação a este aspecto, apenas 32% consideram a forma de escolha das entidades dentro do conselho como satisfatória (21%) ou muito satisfatória (11%), ao passo que 5% se dizem insatisfeitos com a forma de escolha das entidades. Dezesesseis por cento marcaram a opção “não sabe”.

4.2.5 Avaliação da forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades

GRÁFICO 18

Forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades

(Em %)



Elaboração dos autores.

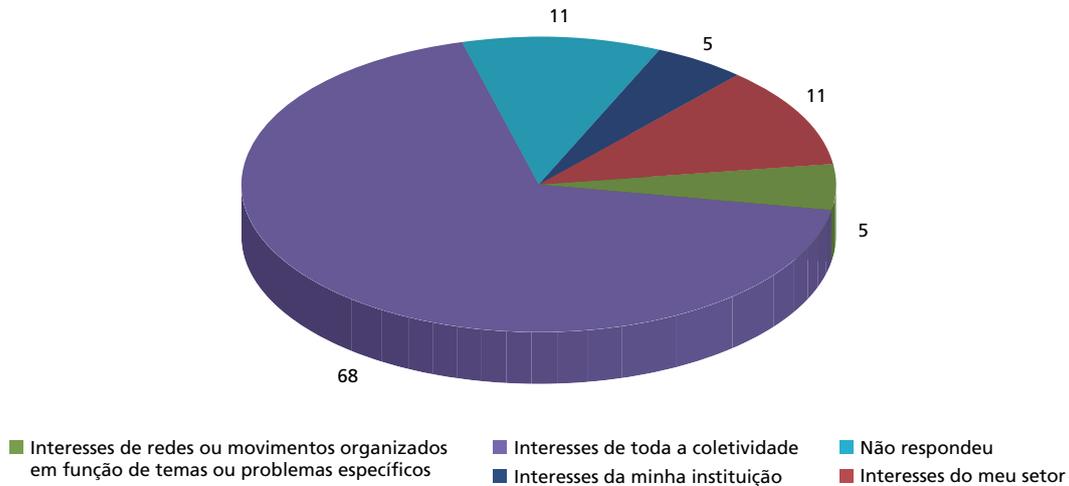
Cinquenta e três por cento do total de conselheiros avaliam como “satisfatória” a forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades. Trinta e sete por cento consideram-na pouco satisfatória e 10%, insatisfatória.

4.2.6 Interesses prioritários

A questão sobre interesses prioritários pedia que o conselheiro marcasse, em resposta à questão “na sua atuação no conselho, que interesses você defende prioritariamente?”, uma das seguintes opções: “nenhum interesse específico, sigo apenas as minhas convicções pessoais”; “interesses da minha instituição”; “interesses do meu setor”; “interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos”; e “interesses de toda a coletividade”. Deveria ser marcada uma opção para o primeiro, outra para o segundo e uma terceira opção para o terceiro interesse prioritariamente defendido pelo conselheiro.

Considerou-se, para fins de sistematização, apenas as respostas com uma marcação por prioridade, foram desconsiderados os casos que tiveram mais de uma resposta para cada prioridade, o que aumentou significativamente o número de não respostas para a segunda e terceira opções. Dessa maneira, optou-se por expor aqui apenas os resultados que refletem os interesses que os conselheiros disseram representar como primeira opção (gráfico 19).

GRÁFICO 19
Interesses prioritários (primeira opção)
 (Em %)



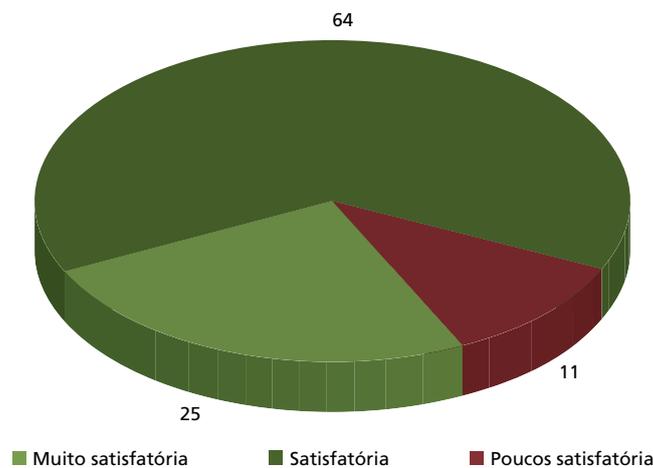
Elaboração dos autores.

Conforme é possível verificar no gráfico 19, os interesses considerados como prioridade principal pelos conselheiros são: os interesses de toda a coletividade (68%); os interesses do meu setor (11%); os interesses da minha instituição (5%); e os interesses de redes ou movimentos organizados (5%). Por motivos desconhecidos, 11% dos entrevistados não responderam à questão.

4.2.7 Grau de articulação com os setores que compõem o conselho

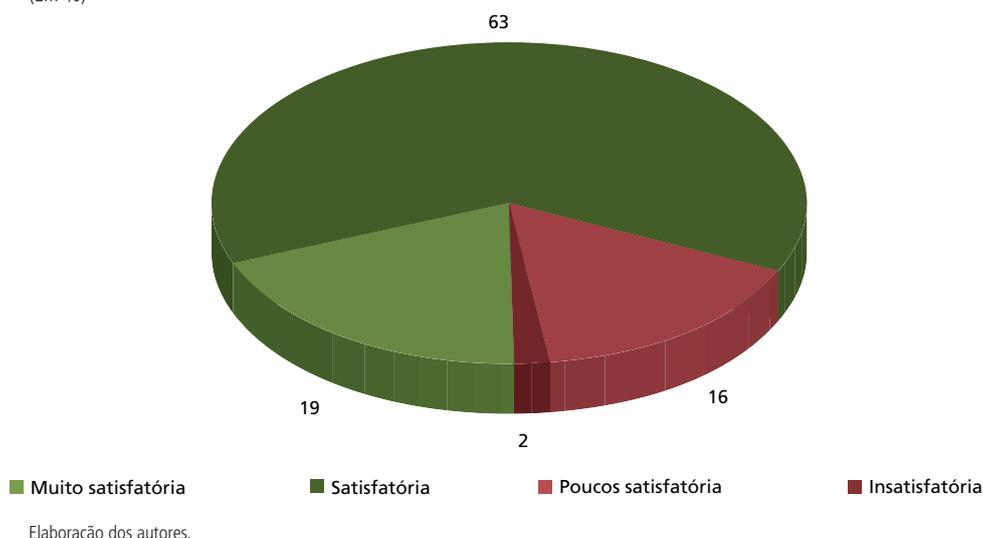
Os gráficos 20 e 21 referem-se à avaliação do nível de satisfação com o grau de articulação entre os conselheiros e os segmentos que compõem esse conselho.

GRÁFICO 20
Grau de articulação dos conselheiros com poder público
 (Em %)



Elaboração dos autores.

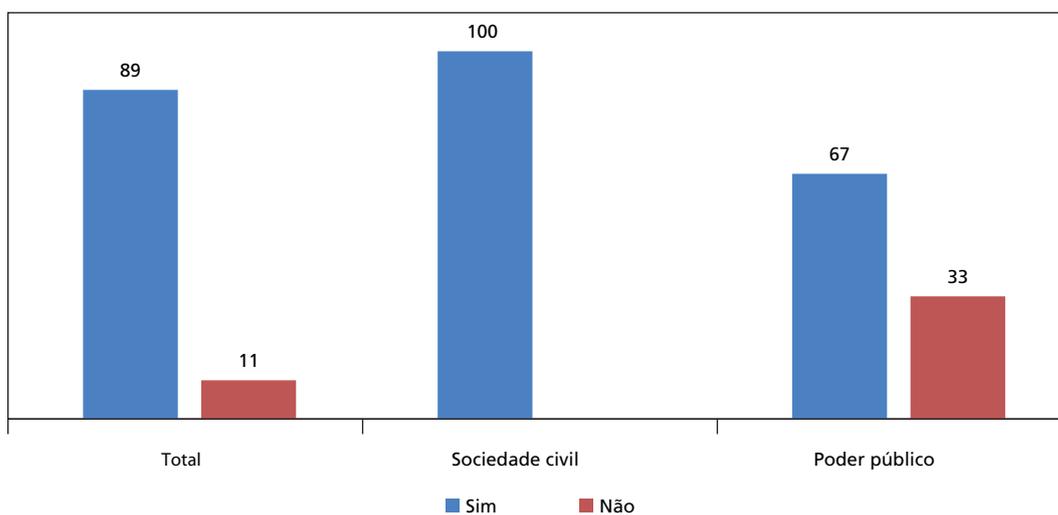
GRÁFICO 21
Grau de articulação dos conselheiros com sociedade civil
 (Em %)



É possível verificar que a maior parte dos conselheiros encontra-se satisfeita ou muito satisfeita com o grau de articulação tanto com o poder público, quanto com a sociedade civil. De todo modo, nota-se que existe uma insatisfação maior no que se refere à articulação com a sociedade civil que com o poder público.

4.2.8 Existência de base de apoio

GRÁFICO 22
Presença de base de apoio no exercício do mandato do conselheiro



O questionário abordou um conjunto de questões sobre a presença de base de apoio durante o exercício do mandato dos conselheiros. Neste bloco, como será apresentado a seguir, não foram consideradas as respostas de um conselheiro – aquele que não identificou o setor representado.

Na resposta à questão “no exercício de seu mandato como conselheiro, você tem alguma base de apoio?”, 89% dos conselheiros entrevistados afirmam possuir base de apoio, ou seja, 17 conselheiros do total de 19 respondentes. Analisando por setor,

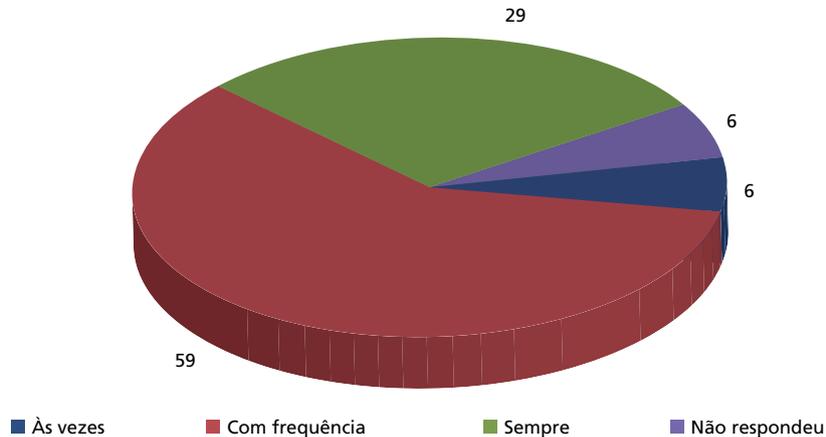
percebe-se que todos os representantes da sociedade civil possuem base de apoio. Entre os representantes do poder público, 67% declararam possuir base de apoio.

4.2.9 Frequência de contato com a base de apoio

GRÁFICO 23

Frequência de contato com a base de apoio

(Em %)



Elaboração dos autores.

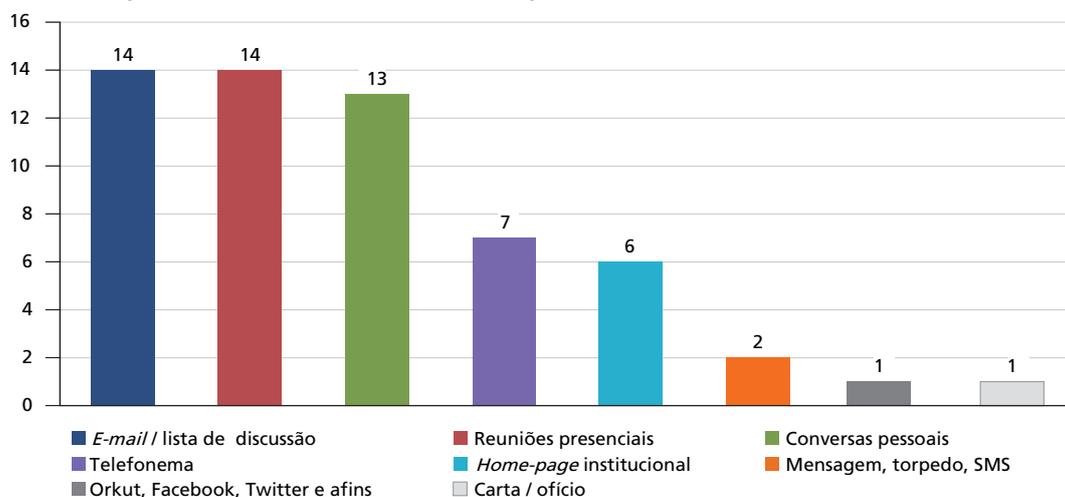
Entre os conselheiros que afirmaram possuir base de apoio, a maioria diz manter contato com sua base de apoio com frequência (59%) ou sempre (29%). Apenas 6% não responderam a esta questão.

4.2.10 Formas de contato com a base de apoio

As principais formas de contato que os conselheiros do CNAS utilizam para se comunicar com suas bases estão representadas no gráfico abaixo (por número de respostas) – é importante notar que mais de uma resposta era possível.

GRÁFICO 24

Principais formas de contato com a base de apoio



Elaboração dos autores.

Percebe-se que as formas de contato mais frequentes são as reuniões presenciais (14), as trocas de *e-mail* (14) e as conversas pessoais (13). Telefonema (7) e *home-page* institucional (16) também foram citadas. As novas formas de relacionamento digital, como Orkut e Facebook, mensagem/torpedo e carta/ofício, não são ferramentas utilizadas com frequência pelos conselheiros que participaram da pesquisa.

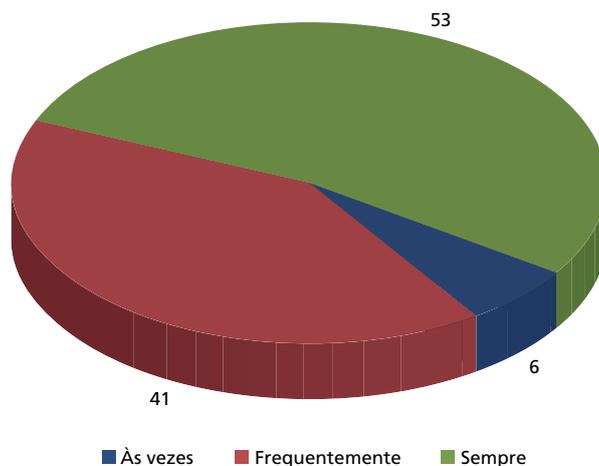
4.2.11 Frequência de consulta à base de apoio

Para definir/sustentar posicionamento no conselho

GRÁFICO 25

Frequência de consulta à base de apoio para definir posicionamento

(Em %)

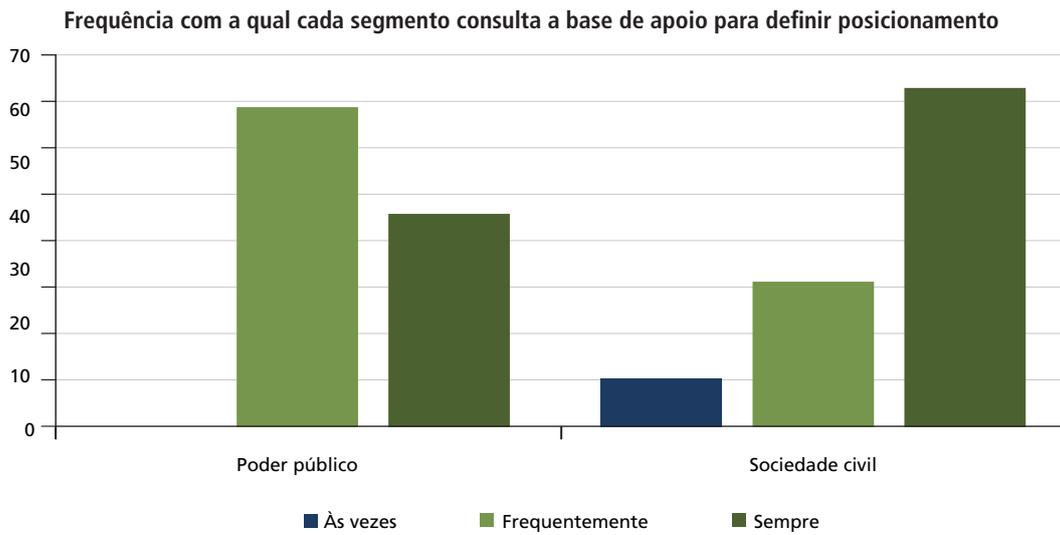


Elaboração dos autores.

Os conselheiros do CNAS que possuem base de apoio, afirmam, em sua maioria, comunicar-se sempre ou frequentemente com suas bases de apoio (94%) a fim de definir o posicionamento a ser defendido no conselho. Seis por cento afirmam comunicar-se com suas bases para esta finalidade apenas às vezes.

Quando se analisam as repostas por segmento (gráfico 26), percebe-se que os representantes da sociedade civil responderam mais vezes estar sempre em contato com a base de apoio, ao passo que a maioria dos representantes do poder público consulta sua base frequentemente para este fim.

GRÁFICO 26

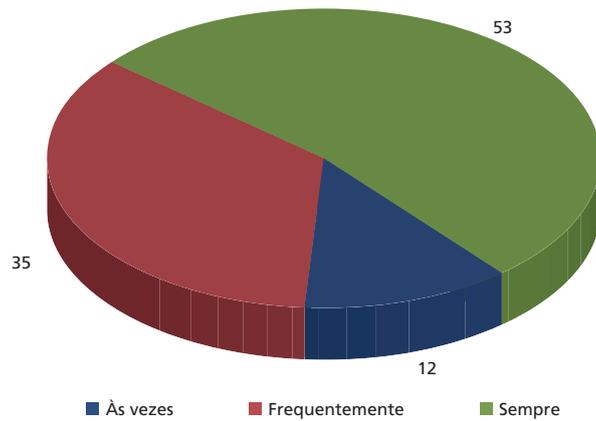


Elaboração dos autores.

Para relatar debates/deliberações do conselho

GRÁFICO 27

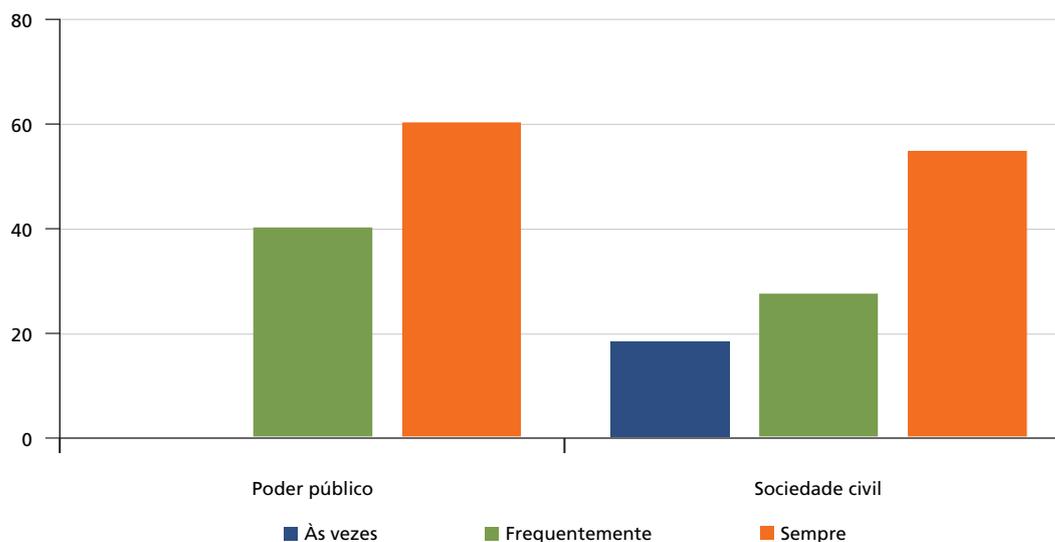
Frequência de consulta à base de apoio para relatar os debates/deliberações do conselho
(Em %)



Elaboração dos autores.

Oitenta e oito por cento dos respondentes afirmam que a comunicação com a base, para relatar os debates e as deliberações ocorridos no conselho, ocorre sempre (53%) e frequentemente (35%). Apenas 12% afirmaram que este contato ocorre às vezes.

GRÁFICO 28
**Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para relatar os debates/
 deliberações do conselho**

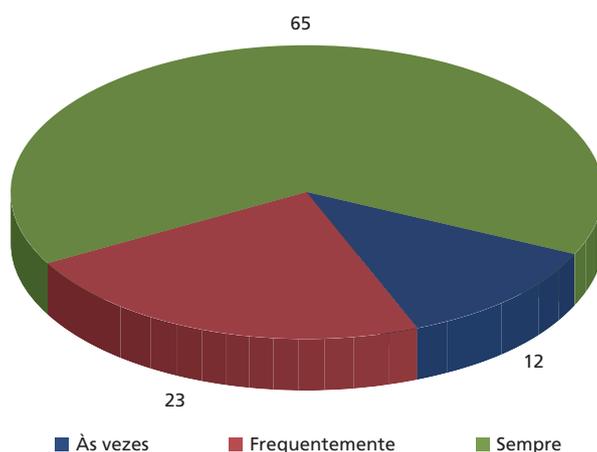


Elaboração dos autores.

O gráfico 28 mostra, mais uma vez, a distribuição de respostas a essa questão por setor e revela que os conselheiros representantes do poder público consultam mais as suas bases (sempre ou frequentemente) que os membros representantes da sociedade civil, para relatar os debates e deliberações ocorridos no conselho.

Para prestar contas sobre a atuação no conselho

GRÁFICO 29
Frequência de consulta à base de apoio para prestar contas sobre a atuação no conselho
 (Em %)

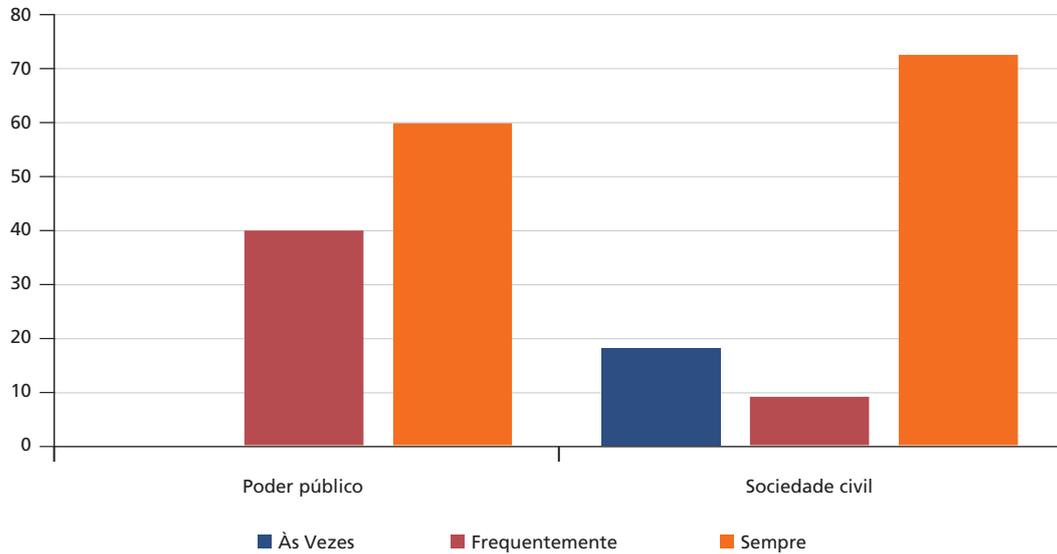


Elaboração dos autores.

De acordo com o gráfico 29, observa-se que a proporção de conselheiros que afirmam consultar a base frequentemente ou sempre se mantém alta (88%) em relação à consulta para prestação de contas. Na análise das respostas por segmento – apresentadas no gráfico 30 –

observa-se que o poder público realiza contato com sua base sempre ou frequentemente, e a maioria dos representantes da sociedade civil procura sua base para esta finalidade sempre.

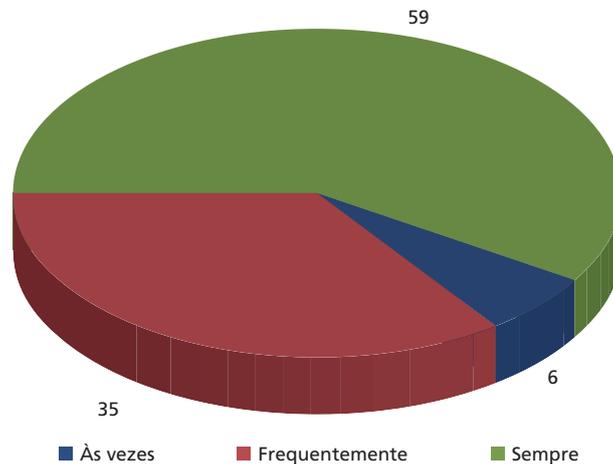
GRÁFICO 30
Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para prestar contas sobre a atuação no conselho



Elaboração dos autores.

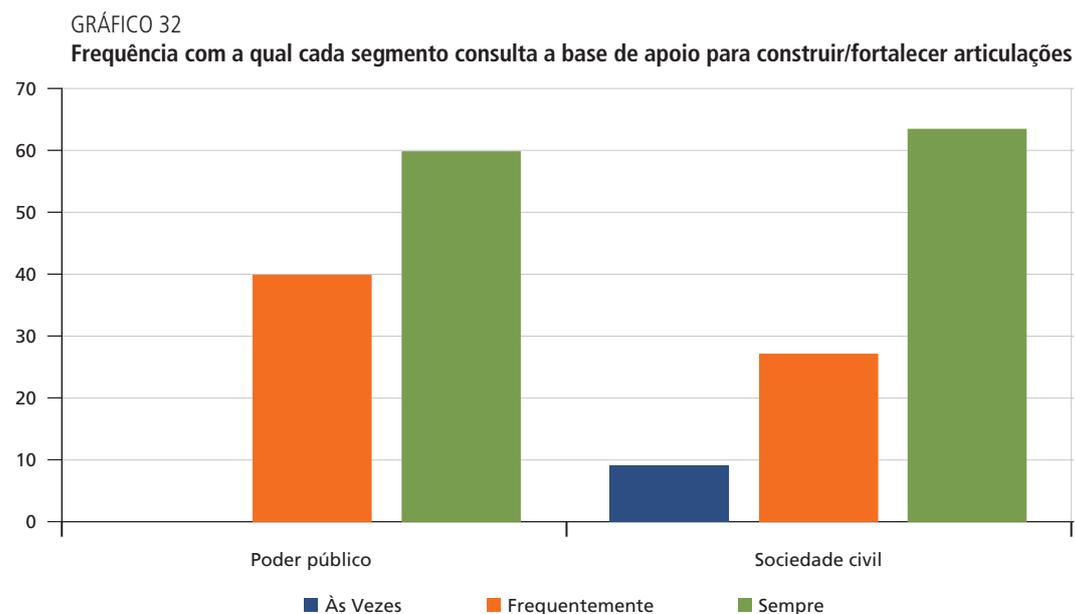
Para construir/fortalecer articulações

GRÁFICO 31
Frequência de consulta à base de apoio para construir/fortalecer articulações
(Em %)



Elaboração dos autores.

Por fim, no que se refere à comunicação com a base de apoio para construir ou fortalecer articulações, o número elevado de conselheiros que disseram fazê-lo frequentemente, (35%) ou sempre (59%), se mantém elevado (94%). Apenas 6% disseram entrar em contato às vezes para este fim. Nas respostas por segmento, ilustradas no gráfico 32, a maioria dos representantes da sociedade civil e do poder público respondeu consultar sempre a base para esta finalidade.

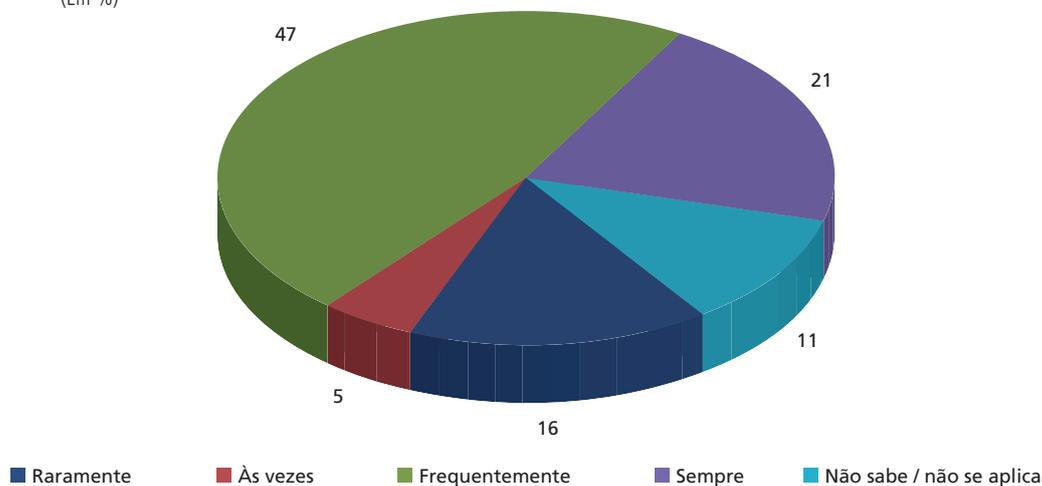


Elaboração dos autores.

4.3 Bloco 3: funcionamento do conselho

4.3.1 Frequência com a qual a atuação dos conselheiros do CNAS corresponde aos interesses de seus respectivos setores

GRÁFICO 33
Frequência da correspondência entre a atuação dos conselheiros e os interesses de seu setor
(Em %)



Elaboração dos autores.

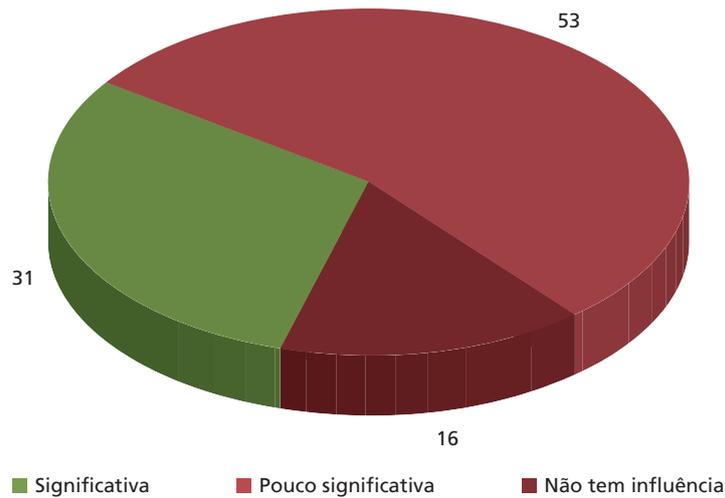
De acordo com o gráfico 33, 68% dos respondentes afirmam atuar de forma correspondente aos interesses do seu setor representado sempre (21%) ou frequentemente (47%). Apenas 5% responderam que às vezes atuam desta maneira e 16%, raramente. Onze por cento marcaram a opção “não sabe”.

4.3.2 Percepção dos conselheiros em relação à influência do conselho

Nesta questão, o objetivo é obter a opinião dos conselheiros acerca do nível de influência do conselho nas diversas arenas políticas nas quais o CNAS poderia intervir de alguma forma, influenciando o processo de formulação e implantação de políticas públicas.

Influência do conselho na agenda do CN

GRÁFICO 34
Influência na agenda do Congresso Nacional
(Em %)

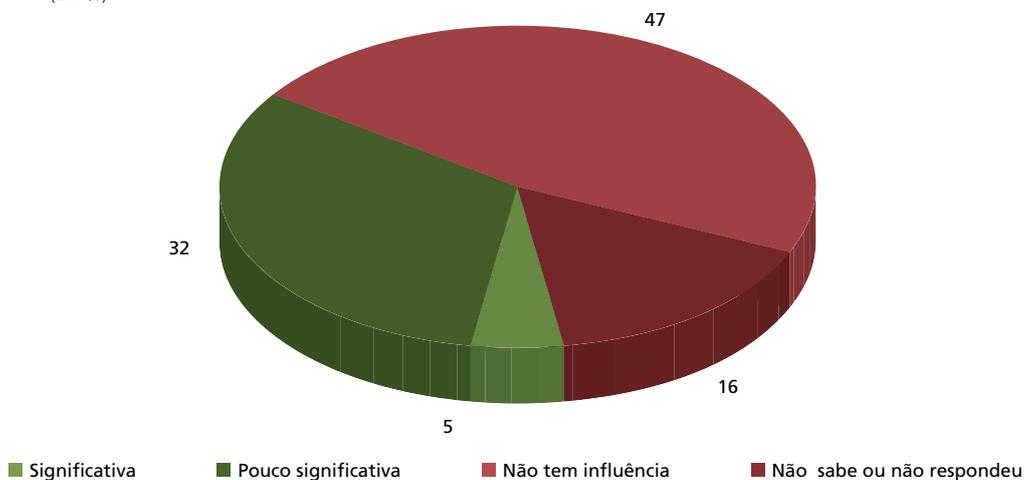


Elaboração dos autores.

A maioria dos conselheiros considera a influência do CNAS sobre a agenda do Congresso Nacional pouco significativa (53%) ou sem influência (16%). Trinta e um por cento dos conselheiros acreditam que a influência é significativa.

Influência do conselho nas políticas públicas do MDS

GRÁFICO 35
Influência da atuação do Conselho nas políticas públicas do MDS
(Em %)



Elaboração dos autores.

No que se refere à influência sobre as políticas do MDS – órgão ao qual o conselho é vinculado – nota-se que 47% dos conselheiros acreditam que o conselho não tem influência alguma sobre o ministério. Trinta e dois por cento consideram que a influência é pouco significativa e apenas 5% a consideram significativa. Dezesseis por cento optaram por não responder ou marcar a opção “não sabe”.

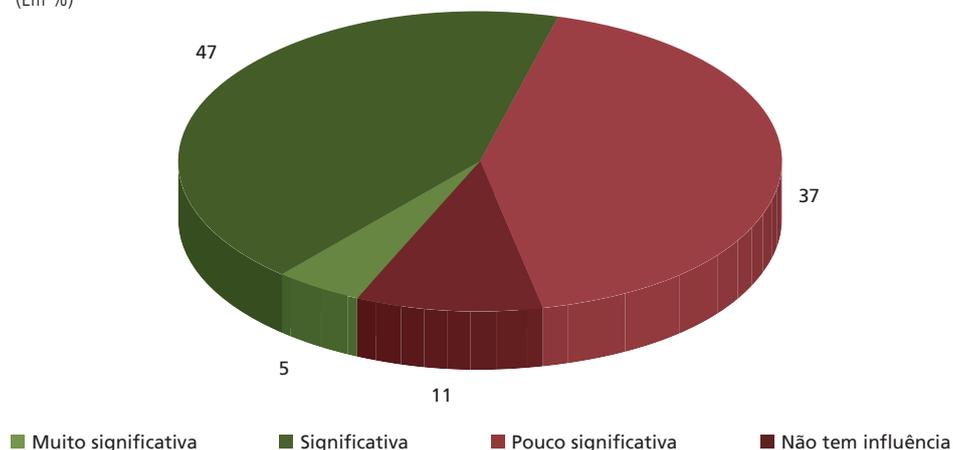
Influência do conselho nas políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona

Na avaliação da influência do conselho sobre as políticas de outros ministérios com os quais se articula, percebe-se um aumento da proporção de respostas positivas, dado que apenas 11% consideram que o conselho não tem influência alguma. Trinta e sete por cento avaliam a influência como pouco significativa, e 47% apontam a influência como significativa.

GRÁFICO 36

Influência da atuação do conselho nas políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona

(Em %)



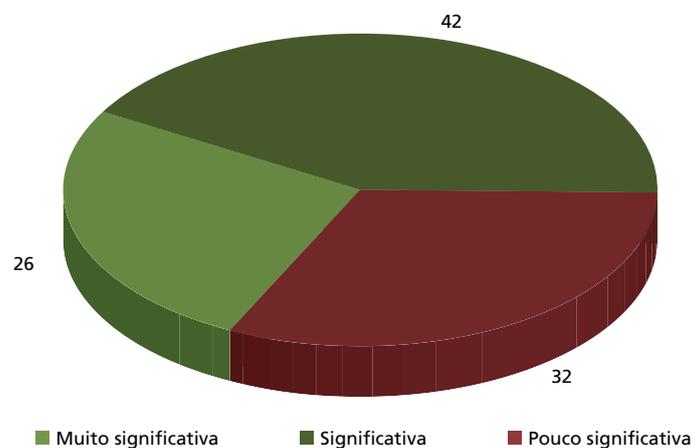
Elaboração dos autores.

Influência do conselho nas iniciativas da sociedade civil

GRÁFICO 37

Influência do conselho nas iniciativas da sociedade civil

(Em %)



Elaboração dos autores.

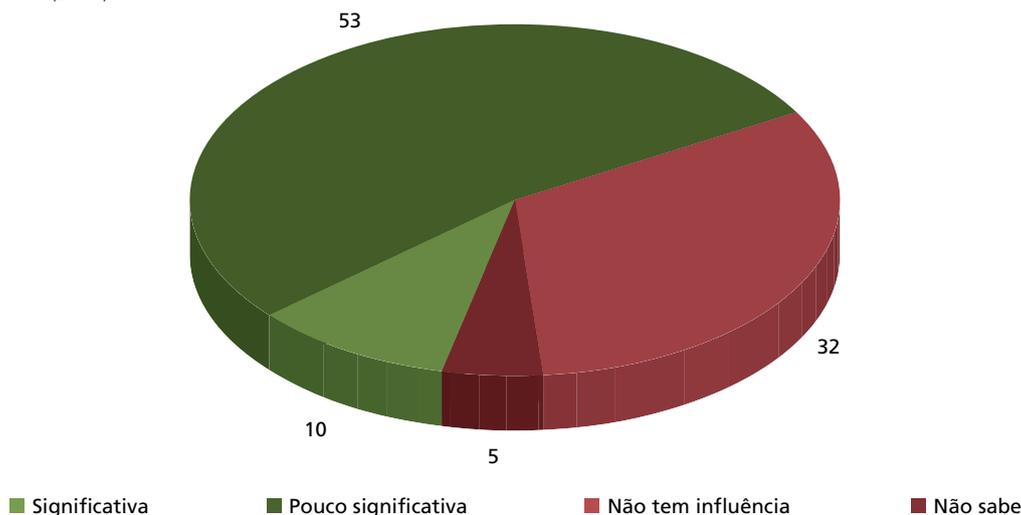
Quanto à influência do conselho sobre as ações da sociedade civil, a avaliação dos conselheiros é mais positiva. Sessenta e oito por cento consideram que a influência do conselho nas iniciativas da sociedade é muito significativa (26%) ou significativa (42%). Por seu turno, 32% consideram que a influência do conselho é pouco significativa.

Influência do conselho nas iniciativas do setor privado

GRÁFICO 38

Influência do conselho nas iniciativas do setor privado

(Em %)



Elaboração dos autores.

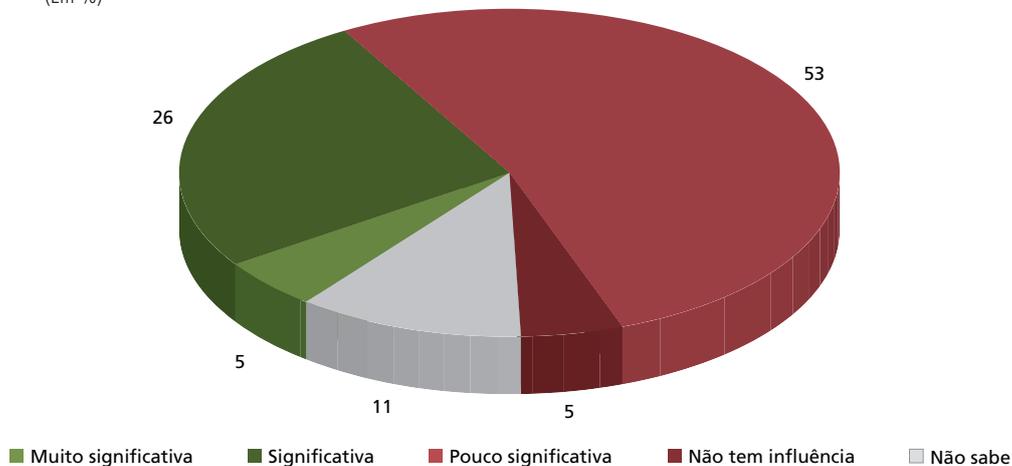
Quando se aborda a influência sobre o setor privado, as avaliações são negativas. Cinquenta e três por cento consideram que a influência do conselho é pouco significativa e 32% percebem que o conselho não tem influência nas iniciativas do setor privado.

Influência do conselho na percepção da opinião pública sobre o tema

GRÁFICO 39

Influência do conselho na percepção da opinião pública sobre o tema

(Em %)



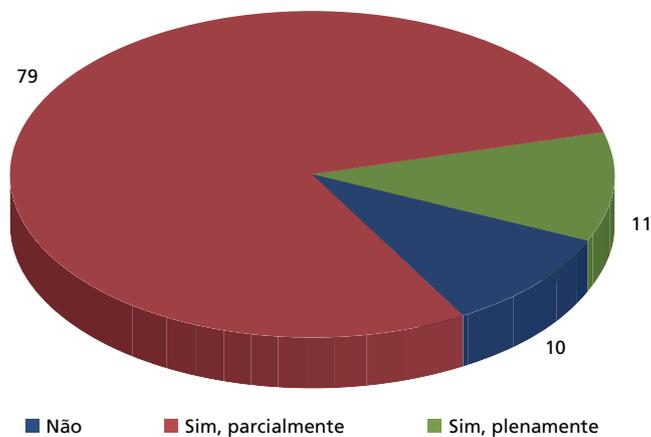
Elaboração dos autores.

Por fim, quanto à influência do CNAS na percepção da opinião pública, nota-se que a maior parte dos conselheiros que responderam à questão considera a capacidade de impactar como negativa: 53% dos conselheiros avaliam-na como pouco significativa e 5% como sem influência. Somente 26% consideram esta influência como significativa e 5% muita significativa. Onze por cento marcaram a opção “não sabe”.

4.3.3 Compreensão dos assuntos tratados no conselho

Pergunta-se desta forma: “em geral, os assuntos tratados no conselho são facilmente compreendidos por todos os conselheiros?”. Esta questão visa aferir a percepção acerca do entendimento dos conselheiros em relação aos assuntos discutidos no conselho. Como respostas possíveis a esta pergunta, havia três opções: “não”; “sim, parcialmente”; e “sim, plenamente”.

GRÁFICO 40
Compreensão dos assuntos tratados no conselho
(Em %)



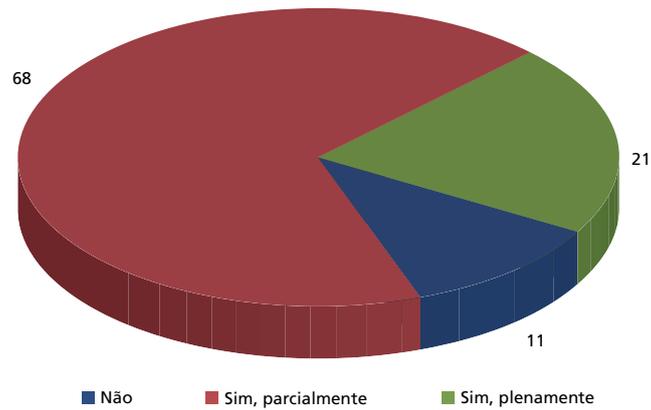
Elaboração dos autores.

Conforme o gráfico 40 ilustra, a maioria dos conselheiros acredita que estes compreendem parcialmente os assuntos tratados no conselho (79%). Onze por cento consideram que a compreensão é plena e 10% avaliam que os assuntos não são compreendidos pelos conselheiros.

4.3.4 Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões do conselho

Neste item, pergunta-se se a linguagem utilizada nas reuniões é facilmente compreendida e apropriada por todos os conselheiros. As opções de resposta também eram: “não”; “sim, parcialmente”; e “sim, plenamente”.

GRÁFICO 41
Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões
 (Em %)



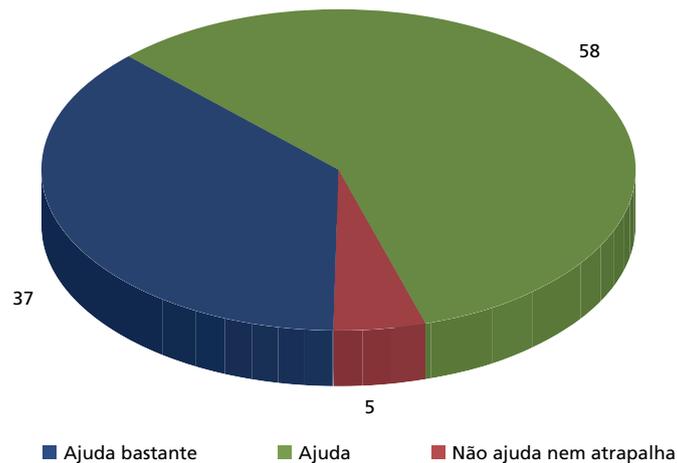
Elaboração dos autores.

Sessenta e oito por cento dos conselheiros acreditam que a linguagem utilizada é compreendida parcialmente e 21% consideram que a compreensão é plena. Onze por cento avaliam que a linguagem utilizada durante as reuniões não é compreendida pelos conselheiros.

4.3.5 Avaliação da atuação dos setores do conselho

Neste item, pediu-se aos conselheiros para avaliar a atuação, dentro do conselho, dos setores que o compõem. O gráfico 42 mostra que a percepção em torno da atuação de representantes do poder público é, sobretudo, positiva: 37% consideram que o poder público ajuda bastante e 58% avaliam que ele ajuda. Cinco por cento percebem que o poder público não ajuda e nem atrapalha.

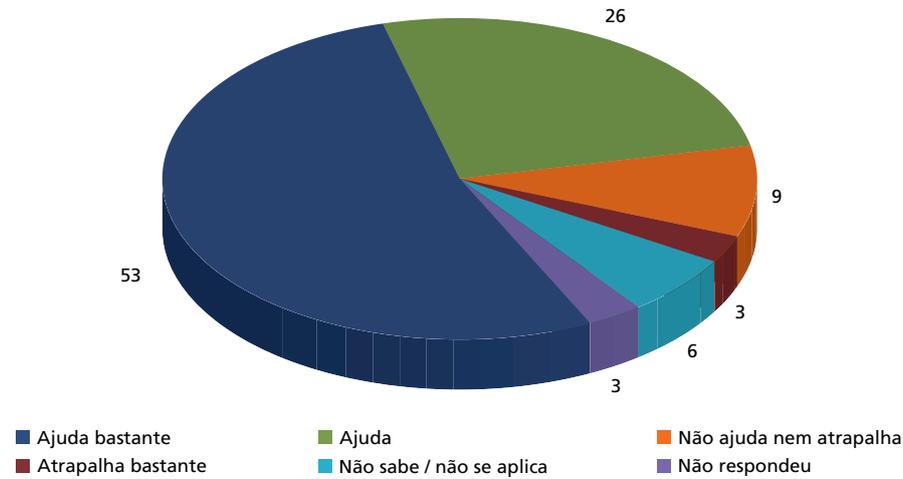
GRÁFICO 42
Atuação do poder público
 (Em %)



Elaboração dos autores.

De acordo com o gráfico 43, os conselheiros avaliam de forma positiva a atuação, dentro do conselho, dos setores da sociedade civil que o compõem. Ora os conselheiros avaliam que a atuação dos setores ajuda, ora consideram que esta atuação ajuda bastante.

GRÁFICO 43
Atuação da sociedade civil
 (Em %)



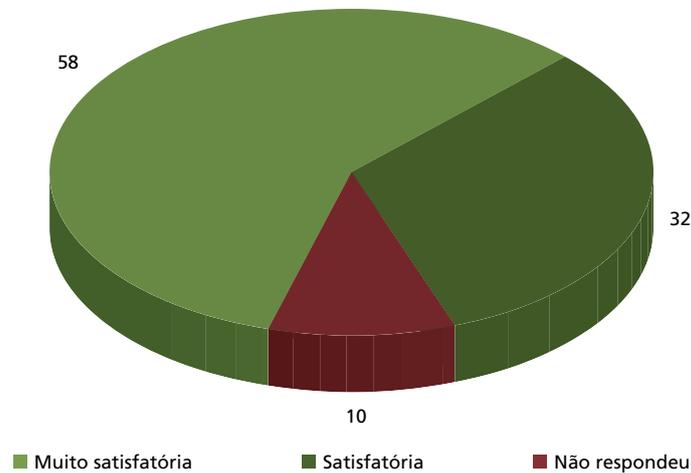
Elaboração dos autores.

4.3.6 Avaliação das estruturas administrativas e organizacionais do conselho

Esta parte visa avaliar o nível de satisfação dos conselheiros com as estruturas administrativas e organizacionais do CNAS.

Avaliação da Secretaria Executiva

GRÁFICO 44
Secretaria Executiva do conselho
 (Em %)

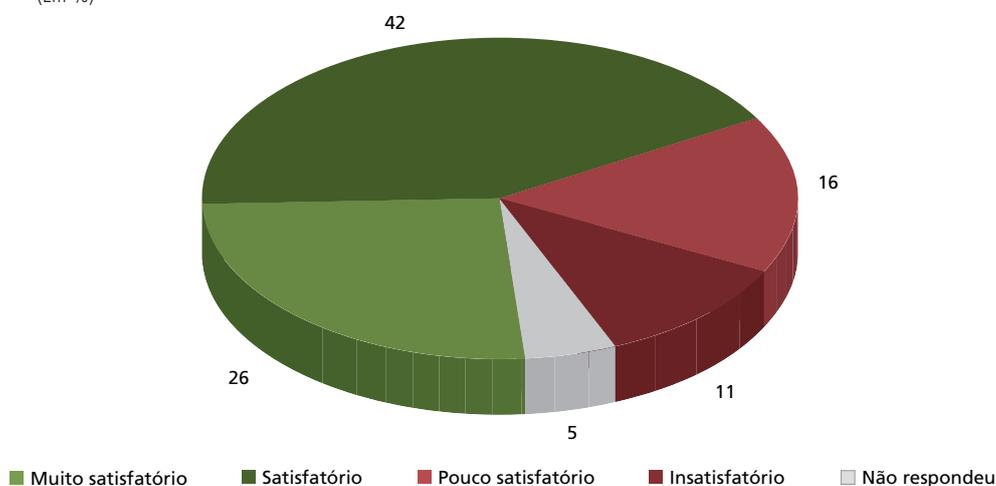


Elaboração dos autores.

No que concerne ao funcionamento da Secretaria Executiva, a maioria dos conselheiros acredita que o apoio técnico-administrativo e demais serviços realizados são muito satisfatórios (58%) ou satisfatórios (32%). Apenas 10% não responderam.

Avaliação dos meios de comunicação e divulgação (informes, website, publicações)

GRÁFICO 45
Meios de divulgação e comunicação
 (Em %)

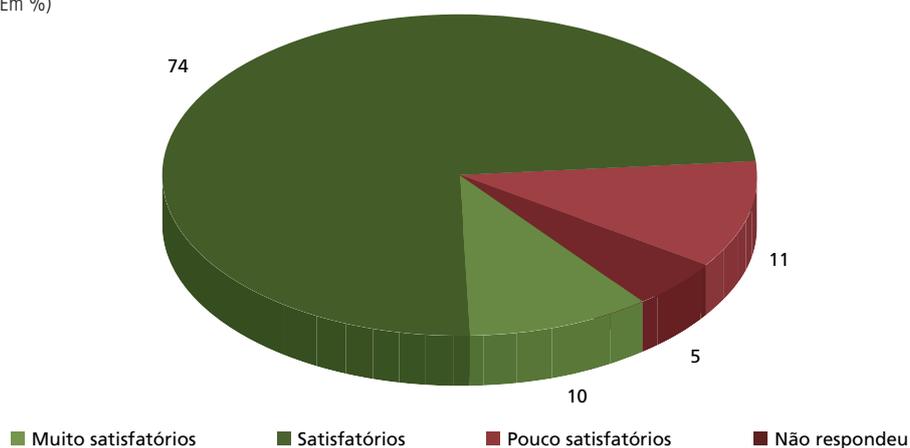


Elaboração dos autores.

Quanto aos meios de divulgação e comunicação do CNAS, a maioria avalia que os meios são muito satisfatórios (26%) ou satisfatórios (42%). Dezesesseis por cento consideram os meios como pouco satisfatórios, e 11% como insatisfatórios. Cinco por cento optaram por não responder.

Avaliação do regimento interno e das resoluções

GRÁFICO 46
Regimento interno e resoluções
 (Em %)

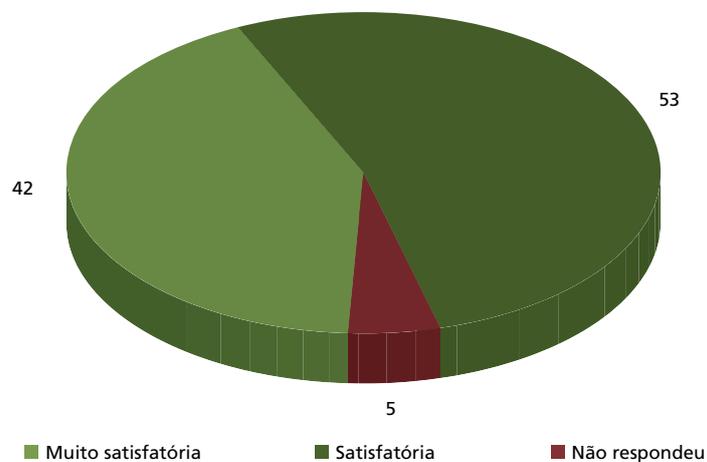


Elaboração dos autores.

Conforme ilustra o gráfico 46, 84% dos conselheiros consideram as resoluções e o regimento interno do CNAS satisfatórios (74%) ou muito satisfatórios (10%), ao passo que 11% consideram-nos pouco satisfatórios – 5% não responderam.

Avaliação da Presidência do conselho

GRÁFICO 47
Presidência do conselho
(Em %)

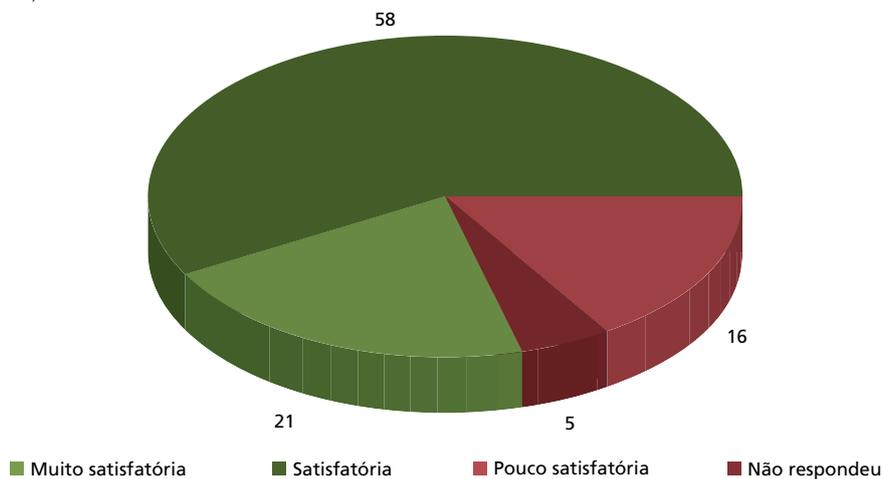


Elaboração dos autores.

No que se refere à Presidência do conselho, o gráfico 47 mostra uma avaliação bastante positiva de sua atuação, sendo que 42% dos conselheiros consideram-na muito satisfatória e 53% consideram-na como satisfatória. Cinco por cento não responderam.

Avaliação da plenária do conselho

GRÁFICO 48
Plenárias
(Em %)

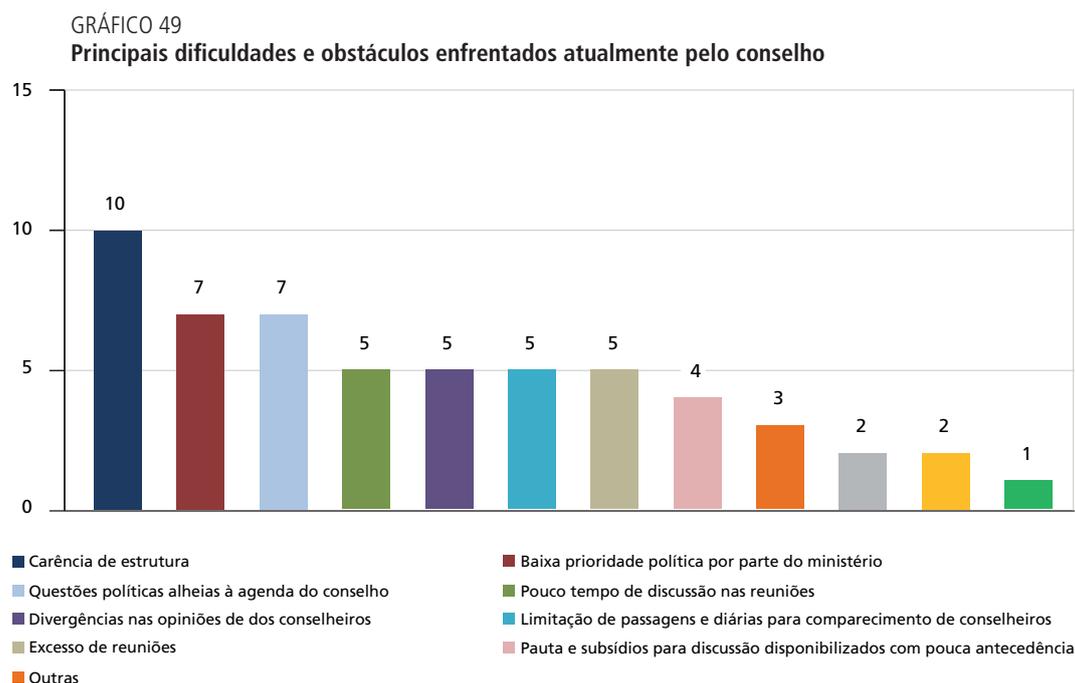


Elaboração dos autores.

Por fim, coube avaliar o andamento das plenárias do CNAS, de acordo com a visão dos conselheiros. Neste caso, a avaliação também foi positiva. A maior parte dos respondentes considerou que a atuação da plenária é muito satisfatória (21%) ou satisfatória (58%). Apenas 16% consideraram a plenária como pouco satisfatória e 5% não responderam.

4.3.7 Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho

Foi pedido aos conselheiros para que identificassem, entre uma lista de categorias previamente organizada, três dificuldades que eles acreditam ser as principais com relação ao andamento do CNAS. O gráfico 49 mostra a frequência de respostas (em números absolutos) para cada categoria. É possível perceber que as principais dificuldades observadas pelos conselheiros são carência de estrutura (salas, espaço físico e equipamentos) – total de dez respostas – e discussão de questões políticas alheias à agenda do conselho. Alguns conselheiros também apontam o pouco tempo de discussão nas reuniões, divergências nas opiniões dos conselheiros, a limitação de passagens e diárias e o excesso de reuniões como dificuldades – estas questões foram apontadas cada uma por cinco conselheiros.



5 QUESTÕES ABERTAS

Havia duas questões abertas no questionário. A questão 27 perguntava aos conselheiros quais os principais pontos fortes da atuação do conselho, enquanto a questão 28 buscava obter as opiniões dos conselheiros quanto a que tipo de ações poderiam ser implementadas para melhoria da atuação do CNAS. Entre os 19 conselheiros que responderam ao questionário, apenas três não responderam às questões 27 e 28. De maneira a melhor organizar as respostas, elaboraram categorias que representam o conteúdo geral destas, permitindo sua sistematização. É importante ter em mente que os conselheiros poderiam apontar mais de um aspecto em suas respostas.

5.1 Pontos fortes do CNAS

A primeira questão aberta – sobre quais são os pontos fortes do conselho – resultou em categorias apontadas no quadro 6.

QUADRO 6
Pontos fortes do CNAS

	Pontos fortes	Número de respostas
1	Fortalecimento da democracia e do controle social	6
2	A atuação dos usuários/sociedade civil	6
3	A capacidade de influenciar e pressionar o governo, a agenda pública e os processos de produção de políticas públicas	4
4	Funcionamento das estruturas do conselho	2
5	Representatividade e diversidade/pluralidade dos conselheiros	1
6	Articulação e mobilização entre atores	1
7	Realizar e participar das conferências nacionais	1
8	Orientar os conselhos estaduais e municipais	1
9	Espaço de debate qualificado e transparente sobre temas relevantes/importantes	1
	Não respondeu	3

Fonte: Dados da pesquisa.

Como é possível perceber, a partir do quadro 6, a maioria dos aspectos mais mencionados como ponto forte do conselho estava relacionada, de um modo geral, à capacidade de atuação e engajamento dos conselheiros ou à capacidade de o conselho exercer o controle social de forma democrática. Como ponto forte, mencionaram-se a “atuação dos usuários/sociedade civil” (total de seis respostas), a “articulação e mobilização entre atores” (total de uma resposta) e o “fortalecimento da democracia e do controle social” (total de seis respostas). Além disso, os conselheiros apontaram que o CNAS é um espaço capaz de influenciar e pressionar o governo, a agenda pública e os processos de produção de políticas públicas (total de quatro respostas).

Dois conselheiros também destacaram como ponto forte o funcionamento do CNAS, dando destaque à manutenção da agenda e do cronograma, ao número de reuniões e à atuação das comissões temáticas e grupos de trabalho.

Outros aspectos foram mencionados como pontos positivos apenas uma vez. São eles: a “representatividade e diversidade/pluralidade dos conselheiros”; o CNAS “realizar e participar das conferências nacionais” e “orientar os conselhos estaduais e municipais”; e o conselho ser um “espaço de debate qualificado e transparente sobre temas relevantes”.

5.2 Sugestões de melhoria à atuação do CNAS

Conforme dito anteriormente, a segunda questão indagava o que poderia ser feito para melhorar a atuação do conselho. As respostas a esta questão foram agrupadas em categorias no quadro 7.

QUADRO 7
Sugestões de melhoria na atuação do CNAS

Sugestões de melhoria	Número de respostas
Capacitação dos conselheiros	3
Condições estruturais e financeiras para a atuação dos conselheiros e do próprio conselho	3
Ampliação/fortalecimento da participação popular	2
Autonomia para o exercício do controle social	2
Articulação com outros conselhos nos diferentes níveis da federação	1
Diminuir disputas internas	1
Dar publicidade ao trabalho do conselho	1
Impantação das decisões do conselho	1
Não respondeu	3

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre os respondentes, três apontaram que é preciso ações contínuas de capacitação dos conselheiros para que a atuação dos mesmos e do CNAS melhore. Outros três mencionaram que é preciso melhorar as condições estruturais e financeiras para a atuação dos conselheiros e do próprio conselho, dando destaque ao financiamento de passagens para deslocamento e a ampliação do espaço físico do CNAS. Dois conselheiros apontaram que é preciso ampliar e fortalecer a participação popular no interior do CNAS, e outros dois apontaram que o conselho precisa de mais autonomia para exercer o controle social.

Outros aspectos que também precisam ser melhorados foram mencionados uma vez pelos conselheiros. São eles: a “articulação com outros conselhos nos diferentes níveis da federação”; a “diminuição das disputas internas”; “dar publicidade ao trabalho do CNAS”; e “implantar as decisões do conselho”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUESTÕES PARA DEBATE

A partir da sistematização das respostas dos conselheiros foi possível traçar o perfil desses representantes, bem como verificar suas percepções acerca da forma de atuação, avaliação do trabalho do CNAS e influência nas políticas públicas. Os principais resultados obtidos foram aqui apresentados, assim como alguns tópicos para debate e reflexão a respeito do funcionamento do conselho. Tais reflexões têm o intuito de auxiliar o conselho na busca conjunta de caminhos para a melhoria de seu processo decisório e para uma melhor articulação do CNAS com demais conselhos, instâncias governamentais e entidades da sociedade civil.

É importante ressaltar o que foi explicitamente considerado como positivo pela maioria dos conselheiros e que pode servir como exemplos de boas práticas, tanto para os conselhos estaduais e municipais da assistência social, quanto para os conselhos nacionais de outras áreas de política pública. Tratam-se, também, dos aspectos que precisam ser aprimorados, segundo as respostas dadas pelos conselheiros.

Alguns aspectos merecem destaque no que se refere às avaliações positivas por parte dos conselheiros. São eles: o número de conselheiros que compõem o CNAS; a articulação do conselho com membros do poder público e da sociedade civil; e o desempenho de atores desses dois segmentos dentro do próprio conselho. Além disso, as estruturas internas do CNAS foram bem avaliadas pelos seus membros. São elas: a Secretaria Executiva, a Presidência, as plenárias, o regimento interno e resoluções, e os meios de divulgação e comunicação do CNAS.

Outros aspectos foram apontados como positivos pelos conselheiros. Quando questionados sobre os pontos fortes do CNAS, os conselheiros mencionaram a capacidade de atuação e engajamento dos mesmos – em especial, os representantes da sociedade civil e os usuários – a capacidade de o conselho exercer o controle social de forma democrática e o fato do CNAS ser um espaço capaz de influenciar e pressionar o governo, a agenda pública e os processos de produção de políticas públicas.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelo conselho, as questões indicadas pelos integrantes do CNAS são a carência de estrutura (salas, espaço físico e equipamentos) e a inserção de questões políticas alheias à agenda do conselho. Os conselheiros também apontaram como dificuldades o pouco tempo de discussão nas reuniões e o fato das reuniões serem espaçadas. De forma contraditória, conselheiros também assinalaram que o excesso de reuniões é um ponto negativo.

Os conselheiros foram questionados sobre sugestões de melhoria ao processo participativo do CNAS, podendo escrever livremente sobre o assunto. Sugere-se que o CNAS aprofunde o debate sobre tais questões, na medida em que estas têm o potencial de aperfeiçoar o processo decisório do conselho, podem ser, além disso, questões importantes para futuros estudos. Estas estão listadas a seguir.

- 1) Capacitação dos conselheiros: uma atuação propositiva perante as políticas públicas pressupõe atores bem informados. Logo, implantar um sistema permanente de capacitação para os conselheiros nacionais contribui para fortalecer o trabalho do conselho. O CNAS pode atuar como articulador de programas permanentes de capacitação de seus conselheiros nacionais e dos conselhos subnacionais de assistência social, por meio de parcerias com universidades e órgãos públicos. Tal iniciativa pode contribuir para a melhoria do trabalho destas instâncias, bem como auxiliar na difusão dos conhecimentos acerca das práticas democráticas.
- 2) Melhoria das condições estruturais e financeiras para a atuação dos conselheiros e do próprio CNAS: os conselheiros também apresentam a necessidade de mudança nas condições estruturais e financeiras para a atuação no conselho. Segundo os participantes da pesquisa, o conselho e seus membros precisam encontrar mais condições favoráveis para uma boa atuação, dando destaque à ampliação da estrutura do CNAS e à viabilização de passagens para deslocamento de conselheiros.
- 3) Ampliação da autonomia, da participação popular e das formas de visibilidade do trabalho do CNAS: para a melhoria do funcionamento do CNAS, os conselheiros apontaram que é preciso ampliar a autonomia do conselho para que o exercício do controle social seja pleno e real. No mesmo sentido, os conselheiros afirmaram que é preciso ampliar e fortalecer a participação popular dentro do CNAS, assim como dar visibilidade ao seu trabalho e implantar as decisões tomadas durante suas plenárias.

Por fim, ressalta-se que as questões para debate aqui apresentadas serão aprofundadas na segunda etapa da pesquisa, que irá analisar, de forma conjunta, as informações obtidas neste e nos demais relatórios (relativos ao conjunto dos 21 conselhos e três comissões nacionais analisados). O Ipea agradece a colaboração dos conselheiros nesta primeira etapa e aceita sugestões para a continuação do trabalho, na tentativa de contribuir com o fortalecimento da democracia, do controle social e da participação da sociedade nas políticas públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- _____. Congresso Nacional. **A mulher na Câmara dos Deputados**. 2011. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/mulheresno parlamento/bancada-feminina>>. Acesso em: 8 ago. 2011.
- CNAS – CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Manual orientador da VIII Conferência Nacional de Assistência Social: consolidar o Suas e valorizar seus trabalhadores**. Brasília, 2011.
- _____. **Lista de Composição da Gestão 2010-2012**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/quem-somos/relacao-de-conselheiros-nacionais>>. Acesso em: 16 dez. 2011.
- CUNHA, E. S. M. **Efetividade deliberativa: estudo comparado de conselhos municipais de assistência social (1997/2006)**. 2009. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2009.
- GONÇALVES, V. L. C. **Política de assistência social: desafios do gestor: um estudo na região de Presidente Prudente**. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Londrina, Curitiba, Paraná, 2003.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça**. 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2011.
- _____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2010a. Disponível em: <http://ibge/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2011.
- _____. **POF 2008/2009 mostra desigualdades e transformações no orçamento das famílias brasileiras**. 2010b.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2010. v. 3.
- SCHWARTZMAN, S. **Cor, raça, discriminação e identidade social no Brasil**. 1998. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/cor.htm>>. Acesso em: 8 ago. 2011.
- LÜCHMANN, L. H. H.; ALMEIDA, C. C. A representação política das mulheres nos conselhos gestores de políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, p. 86-94, 2010.
- MORETTO, S. S.; SILVEIRA, D. M. S. **A contribuição dos conselhos de assistência social na materialização do Sistema Único de Assistência Social (Suas)**. Unisul, 2010.

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CONSELHEIROS

**QUESTIONÁRIO PARA CONSELHEIROS**

Projeto Institucionalização da Participação Social no Brasil

Observação para facilitar o preenchimento:

Sector – Considere o termo “setor” como sendo aquele estabelecido para fins de composição deste conselho: representantes do poder público e da sociedade civil.

Base de apoio – Considere como “base de apoio” o grupo principal de pessoas representadas pelo(a) conselheiro(a).

BLOCO 1: CARACTERIZAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)**1) Sexo:**

1. () Masculino 2. () Feminino

2) Cor/raça (marque apenas uma alternativa):

1. () Branca 2. () Preta 3. () Amarela
4. () Parda 5. () Indígena

3) Escolaridade:

1. () Ensino fundamental 2. () Ensino médio
3. () Superior incompleto 4. () Superior completo
5. () Especialização 6. () Mestrado incompleto
7. () Mestrado completo 8. () Doutorado incompleto
9. () Doutorado completo

4) Qual sua religião ou culto? _____**5) Faixa etária:**

1. () até 20 anos 2. () de 21 a 30 anos 3. () de 31 a 40 anos
4. () de 41 a 60 anos 5. () mais de 60 anos

6) Renda familiar mensal (média)

1. () Abaixo de R\$ 500,00 2. () De R\$ 500,00 até R\$ 1.500,00 3. () De R\$ 1.501,00 até R\$ 2.500,00
4. () De R\$ 2.501,00 até R\$ 4.000,00 5. () De R\$ 4.001,00 a R\$ 8.000,00 6. () De R\$ 8.001,00 a R\$ 12.000,00
7. () Acima de R\$ 12.001,00 8. () Não sabe

14) Na sua atuação no conselho, que interesses você defende *prioritariamente*?

Assinale suas três opções, em ordem de relevância, indicando com um “X” sua 1ª, 2ª e 3ª opção para os itens abaixo:

	1ª opção	2ª opção	3ª opção
1. Nenhum interesse específico, sigo apenas as minhas convicções pessoais	()	()	()
2. Interesses da minha instituição	()	()	()
3. Interesses do meu setor	()	()	()
4. Interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos	()	()	()
5. Interesses de toda a coletividade	()	()	()
6. Não sabe	()	()	()
7. Outros _____	()	()	()

15) Avalie o seu grau de articulação com os demais setores do conselho, segundo a tabela abaixo (marque com um “X” a coluna correspondente a cada setor):

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Insatisfatória	Não sabe/não se aplica
1. Poder público	()	()	()	()	()
2. Usuários	()	()	()	()	()
3. Entidades/organizações	()	()	()	()	()
4. Trabalhadores	()	()	()	()	()

16) No exercício do seu mandato como conselheiro(a) você tem alguma base de apoio?

1. () Sim. Qual(is)? _____
2. () Não
3. () Não sabe

17) Com que frequência você mantém contato com sua(s) base(s) de apoio?

1. () Não tenho base de apoio
2. () Nunca
3. () Raramente
4. () Às vezes
5. () Com frequência
6. () Sempre
7. () Não sabe

18) Quais as principais formas de contato com a sua base de apoio? (Marque as três principais)

1. () Não tenho base de apoio
2. () Telefonema
3. () *E-mail* lista de discussão
4. () Reuniões presenciais
5. () Conversas pessoais
6. () Orkut, Facebook, Twitter e afins
7. () *Home page* institucional
8. () Carta/ofício
9. () Fax
10. () Mensagem (torpedo/SMS)
11. () Não sabe
12. () Outra: _____

24) Em geral, como você avalia o papel dos setores abaixo na atuação do conselho? (Marque com um "X" a coluna correspondente a cada setor)

	Ajuda bastante	Ajuda	Não ajuda nem atrapalha	Atrapalha	Atrapalha bastante	Não sabe/não se aplica
1. Poder público	()	()	()	()	()	()
2. Usuários	()	()	()	()	()	()
3. Entidades/organizações	()	()	()	()	()	()
4. Trabalhadores	()	()	()	()	()	()

25) Avalie as seguintes estruturas administrativas e organizacionais do conselho (marque com um "X" a coluna correspondente a cada setor/segmento):

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Insatisfatória	Não sabe/não se aplica
1. Secretaria Executiva	()	()	()	()	()
2. Meios de comunicação e divulgação (informes, <i>website</i> , publicações)	()	()	()	()	()
3. Regimento interno	()	()	()	()	()
4. Presidência	()	()	()	()	()
5. Plenária	()	()	()	()	()
6. Comissões temáticas	()	()	()	()	()
7. Resoluções	()	()	()	()	()

26) Na sua opinião, quais são as principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho? (Marque no máximo três alternativas)

1. () Pouco tempo de discussão nas reuniões
2. () Reuniões muito esparsas
3. () Excesso de reuniões
4. () Pauta e subsídios para discussão disponibilizados com pouca antecedência
5. () Carência de estrutura (salas, espaço físico e equipamentos)
6. () Questões políticas alheias à agenda do conselho
7. () Excesso de burocracia
8. () Divergência nas opiniões dos conselheiros
9. () Baixa prioridade política por parte da Secretaria-Geral da Presidência da República
10. () Limitação de passagens e diárias para comparecimento de conselheiros
11. () O mandato de conselheiro(a) não é remunerado pelo governo
12. () Outras _____

27) Quais os principais pontos fortes na atuação do conselho?

28) O que poderia ser feito para melhorar a atuação do conselho?

Muito obrigado!

29) Espaço destinado para considerações adicionais bem como críticas e sugestões sobre este questionário.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Marco Aurélio Dias Pires

Revisão

Andressa Vieira Bueno

Clícia Silveira Rodrigues

Hebert Rocha de Jesus

Idalina Barbara de Castro

Laeticia Jensen Eble

Leonardo Moreira de Souza

Luciana Dias Jabbour

Olavo Mesquita de Carvalho

Reginaldo da Silva Domingos

Celma Tavares de Oliveira (estagiária)

Patrícia Firmina de Oliveira Figueiredo (estagiária)

Editoração

Aline Rodrigues Lima

Andrey Tomimatsu

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Daniella Silva Nogueira (estagiária)

Capa

Andrey Tomimatsu

Livraria

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3315 5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em Adobe Garamond Pro 11,5/13,8 (texto)
Frutiger 67 Bold Condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em Offset 90g/m²
Cartão Supremo 250g/m² (capa)
Brasília-DF

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

SAE
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral da
Presidência da República

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA